

Proc. Administrativo Contratação Direta - 057/2024

De: Viviane P. - DCOMP

Para: PRESIDENTE - GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Data: 12/09/2024 às 10:53:56

Setores (CC):

SAC, PRESIDENTE

Setores envolvidos:

SAC, DCOMP, SCONF, CGL, CI, PJ, GR-PDO, PRESIDENTE

Curso de capacitação - Encerramento de mandato e transição de governo

MODALIDADE*:

INEXIGIBILIDADE

NÚMERO*:

023

Senhor Presidente,

Tendo em vista a solicitação feita no [Proc. Administrativo Documento de Formalização da Demanda - DFD - 072/2024 - Curso de capacitação](#)

solicito autorização para abertura do presente processo.

Atenciosamente,

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

Anexos:

DFD.pdf

Proc. Administrativo Documento de Formalização da Demanda - DFD - 072/2024

De: Danilo F. - CI

Para: SAC - SECRETARIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Data: 11/09/2024 às 14:11:02

Setores (CC):

SAC

Setores envolvidos:

SAC, DCOMP, CGL, CI

Curso de capacitação

1.1 Área Requisitante*:

Unidade de Controle Interno

1.2 Responsável pela Demanda*:

Lucas Pinheiro Sposito

1.3 Cargo*:

Controlador Interno

1.4 E-mail*:

lucasnir@hotmail.com

1.5 Telefone*:

65999562906

2.1 Tipo predominante de demanda:

Prestação de serviços

2.2 PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIDO OS BENS*:

24/10/2024

2.3 ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO*:

R\$ 7.000,00

2.4 Quantos itens deseja adicionar?*

4

Item_1 - Identificação da demanda:

Curso de capacitação "ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS".
Participantes: Lucas Pinheiro Sposito, Danilo Antoniassi de Figueiredo, Cláudia de Moraes Yoshida Dalbem e Charles Finney Dalbem Barbosa.

Quantidade:

4

Unidade Medida:

Unidade

Justificativa:

Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

Item_2 - Identificação da Demanda:

Curso de capacitação "ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS".
Participantes: Lucas Pinheiro Sposito, Danilo Antoniassi de Figueiredo, Cláudia de Moraes Yoshida Dalbem e Charles Finney Dalbem Barbosa.

Quantidade:

4

Unidade Medida:

Unidade

Justificativa:

Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

Item_3 - Identificação da demanda:

Curso de capacitação "ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS".
Participantes: Lucas Pinheiro Sposito, Danilo Antoniassi de Figueiredo, Cláudia de Moraes Yoshida Dalbem e Charles Finney Dalbem Barbosa.

Quantidade:

4

Unidade Medida:

Unidade

Justificativa:

Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

Item_4 - Identificação da Demanda:

Curso de capacitação "ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS".
Participantes: Lucas Pinheiro Sposito, Danilo Antoniassi de Figueiredo, Cláudia de Moraes Yoshida Dalbem e Charles Finney Dalbem Barbosa.

Quantidade:

4

Unidade Medida:

Unidade

Justificativa:

Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

Bom dia, solicito curso de capacitação.

Att,

—

Danilo Antoniassi de Figueiredo

Técnico Administrativo

Anexos:

Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Milton_Mendes_Botelho_.pdf

workshop_encerramento_de_mandato_e_transicao_de_governo.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Danilo Antonassi de Figuei...	11/09/2024 14:12:27	1Doc DANILO ANTONASSI DE FIGUEIREDO CPF 058.XXX.X...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **27D9-B971-1BFA-B453**



Milton Mendes Botelho

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5911190631551964>

ID Lattes: **5911190631551964**

Última atualização do currículo em 04/04/2019

1. Ensino Fundamental: Escola Estadual Lina Lima ? Central de Minas 2. Ensino Médio: Escola Estadual José Januário Irmão (1985) ? Central de Minas 3. Formação Acadêmica/titulação: Ciências Contábeis na Universidade Vale do Rio Doce ? UNIVALE (Governador Valadares - MG - Conclusão 1999). Estudou Direito - Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce - FADIVALE 4. Formação complementar: Pós Graduação em Administração Pública Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo ? MG - 2001); Pós Graduação em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce ? FADIVALE ? Governador Valadares ? MG - 2005) Especialista em Processo e Técnicas Legislativas (Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM ? Rio de Janeiro ? RJ - 2006) Especialista em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Escola de Administração Fazendária - ESAF ? Brasília ? DF - 2008) 5. Atuação profissional: Contador Geral do Município de Central de Minas ? 1988 ? 1992 Contador Geral do Município de Alpercata ? MG ? 1993 - 1996 Sócio da Empresa Logus Assessoria e Consultoria Pública ? 1996 até dias atuais ? Governador Valadares - MG Escritor, Auditor, Palestrante na área de administração e Direito Público; Professor na Universidade Vale do Rio Doce ? UNIVALE (Gov. Valadares) ? 2000 a 2006); Professor de Pós Graduação na UNIPAC (Campus Aimorés ? MG 2013-2014) Professor de Pós Graduação na Escola ATAME (Cuiabá ? MT - 2011 - 2012); Professor da Escola de Governo Unipública Brasil (Curitiba ? PR); Instrutor e Facilitador de Cursos de Capacitação na Área Pública; Ex-Controlador Geral do Município de Ibatiba ? ES (2009-2011); Auditor Chefe dos Municípios de Itabirinha, Jampruca e Intambacuri ? MG; Controlador Geral do Município de Galiléia - MG; Diretor da Câmara Municipal de Alpercata - MG; Consultor Legislativo da Câmara Municipal de São Félix de Minas e São Geraldo da Piedade; Controlador Geral do Município de Galiléia ? MG (2017); Delegado do Conselho Regional de Contabilidade ? CRCMG ? 1994 ? 1996; Conselheiro do CRCMG (2010 ? 2015 / 2018 ? 2021). Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis; 6. Publicações: 1 Livro: Manual de Controle Interno - Teoria & Prática - Um Enfoque na Administração Pública Municipal - Editora Juruá - Curitiba - 2003; 2 Livro: Gestão Administrativa, Contábil e Financeira do Legislativo Municipal, 2ª Edição - Editora Juruá - Curitiba - PR - 2010; 3 Livro: Manual Prático de Controle Interno na Administração Pública Municipal, 3ª Edição - Editora Juruá - Curitiba - 2014; 4 Livro: Patrimônio na Administração Pública Municipal, 2ª Edição - Revista e Atualizada, editora Juruá - Curitiba - PR - 2015; 5 Cartilha Institucional do Poder Legislativo de Alpercata - 2016 - 1ª Edição ? Governador Valadares.. 6 Cartilha Institucional do Poder Legislativo de Itabirinha - 2017 - 1ª Edição ? Governador Valadares. 7 Livro: Controle Interno nas Compras e Licitações, 1ª Edição ? em processo de publicação ? 2018/2019. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Milton Mendes Botelho

Nome em citações bibliográficas

BOTELHO, Milton Mendes

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/5911190631551964>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Logus Assessoria e Consultoria Pública Ltda, Logus Assessoria e Consultoria Pública Ltda.
Rua Barão do Rio Branco, 480 - Sala 701
Centro
35010030 - Governador Valadares, MG - Brasil
Telefone: (33) 32774951
Fax: (33) 32772604
URL da Homepage:
logusconsultoria.com.br

Formação acadêmica/titulação

2004 - 2005

Especialização em Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 360h).
Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, FADIVALE, Brasil.
Título: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE.

2000 - 2001

Especialização em Administração Pública Municipal. (Carga Horária: 495h).
Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, CEP, Brasil.
Título: Não Houve monografia.

1995 - 1999

Graduação em Ciências Contábeis.
Universidade Vale do Rio Doce, UNIVALE, Brasil.

Atuação Profissional

Logus Assessoria e Consultoria Pública Ltda, LOGUS, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - Atual

Vínculo: Sócio-proprietário,
Enquadramento Funcional: Sócio-
proprietário, Carga horária: 40

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, CRCMG, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Conselheiro Efetivo,
Enquadramento Funcional: Conselheiro,
Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Vice Presidente da Câmara de Controle Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

Academia Mineira de Ciências Contábeis, AMCC, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento
Funcional: Membro, Regime: Dedicção
exclusiva.

Outras informações

Fui empossado como membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis. Com muita honra fui indicado para ocupar a cadeira nº 65 da Academia, cujo patrono é o insigne Professor Ynel Alves Camargo ¹ - Contabilista que ocupou os mais importantes cargos nos órgãos da classe contábil e instituições de ensino do Brasil.

Câmara Municipal de São Félix de Minas, CMSFM, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Contador, Carga horária: 12

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea: Ciências
Contábeis.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

Idiomas

Inglês

Fala Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2010

Administrador Premium, Câmara Municipal
de Ibatiba.

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ **BOTELHO, Milton Mendes.** Gestão Administrativa,
Contábil e Financeira do Legislativo Municipal. 1ª. ed. Curitiba:
Juruá, 2008. 211p .

2.

★ **BOTELHO, Milton Mendes.** Manual Prático de Controle
Interno na Administração Pública Municipal. 2ª. ed. Curitiba:
Juruá, 2008. 287p .

3.

★ **BOTELHO, Milton Mendes.** Manual de Controle Interno Teoria & Prática. 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2003. 209p .

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Curso de Controle Interno na Administração Pública, com ênfase em Licitações e Capacitação de Pregoeiro. Curso de Controle Interno na Administração Pública, com ênfase em Licitações e Capacitação de Pregoeiro. 2007. (Outra).

2.

Curso Controle Interno. Curso Controle Interno. 2006. (Outra).

3.

A Valorização do Profissional na Área Pública. A Valorização do Profissional na área Pública. 2005. (Encontro).

4.

Curso Controle Interno. Curso Controle Interno. 2005. (Outra).

5.

Curso de Licitação, Contrato Administrativo e Pregão. Curso de Licitação, Contrato Administrativo e Pregão. 2005. (Outra).

6.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Outra).

7.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Outra).

8.

Curso sobre Contrato Administrativo e Pregão.Curso sobre Contrato Administrativo e Pregão. 2005. (Outra).

9.

I Seminário de Previdência Municipal do IMP.Previdência Municipal. 2005. (Seminário).

10.

Encerramento de Exercício.Encerramento de Exercício. 2004. (Seminário).

11.

II Seminário de Profissionais da Contabilidade e Gestores Públicos.Lei de Responsabilidade Fiscal. 2004. (Seminário).

12.

Instituição, Normatização do Sistema de Controle Interno.Instituição, Normatização do Sistema de Controle Interno. 2004. (Seminário).

13.

Transição de Governo.Transição de Governo. 2004. (Seminário).

14.

A Nova Realidade na Administração Pública.A Nova Realidade na Administração Pública. 2003. (Seminário).

Outras informações relevantes

Atualmente atuo como professor e palestrante na área de Administração Pública, abordando temas atualizadas nas seguintes áreas: 1 Transparência Pública, com construção de site oficial; 2 Regulamentação da Lei de Acesso à Informação Pública; 3 Gestão de Patrimônio Público e Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme as NBCASP (Portaria STN nº. 548/2015); 4 Controle Interno na Administração Pública Municipal; 5 Termo de Referência, Licitações, Capacitação de CPL e Pregoeiros; 6 Pregão, Registro de Preços e Contrato Administrativo; 7 Auditoria em Licitações; 8 Gestão do Legislativo, Processo e Técnicas Legislativas (redação oficial); 9 Planejamento Público (Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA) 10 Gestão de Pessoas e implantação do eSocial; 11 Auditoria em Folha de Pagamento; 12 Gestão Municipal (conteúdo conforme o interesse do órgão)

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 11/09/2024 às 14:07:41

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



WORKSHOP

ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS



APRESENTAÇÃO

Encerramento de mandato não coincide com ações preparatórias para registro de candidaturas, mesmo sendo o atual Prefeito pré-candidato. Portanto, as providências para encerrar o mandato são necessárias durante todo o momento, no entanto, os cuidados com o último ano da legislatura é essencial para garantir a legalidade e a legitimidade da transição de governo.

Os cuidados vão desde a observância das ações vedadas pela legislação, até a preparação prévia de demonstrativos contábeis, controle de gastos, revisão de remuneração de servidores, realização de inventários, controle de gastos, limitação de empenho, verificação de disponibilidade financeira, preparação da equipe que irá integrar a transição que nos termos do inciso IV do art. 74 CF/88, será coordenada pela unidade central de Controle Interno.

A prestação de contas é ato obrigatório posterior a transição de governo. Trata-se de demonstrações contábeis, que será preparada pelo Serviço de Registro Contábil e deve ser submetida à análise do Órgão de Controle Interno, que emitirá Relatório Anual da Análise das Contas, apresentadas pelo Prefeito, com parecer conclusivo, sobre as informações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional. Diante dessas regras o Controlador Geral do Município, obrigatoriamente deve se manter no cargo no mínimo até março do primeiro ano do mandato seguintes, quando este não for detentor de cargo efetivo.

São várias normas que devem ser observadas para o correto encerramento do mandato, incluindo a guarda do banco de dados (*backup*), documentos, informações bancárias e patrimoniais. Com as novas regras trazidas pela lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos, estão a gestão e fiscalização de contratos, devendo ser objeto de análise por parte dos órgãos de controle interno, quando aos relatórios de execução contratual, especialmente os contratos de serviços contínuos e obras.

Com o propósito de preparar os agentes públicos e em busca do aperfeiçoamento da administração pública, evitando assim a aplicação de penalidades e prejuízos aos cofres públicos, estamos desenvolvendo material específico para ser aplicado em nossos treinamentos. Serão várias etapas de preparação durante o exercício de



2024, e também visando uma capacitação para aqueles que iniciarão um novo governo em 2025.

Ainda são muitos os agentes públicos penalizados depois de deixarem seus cargos, tornando onerosas e desgastantes as defesas. Com cuidados simples e objetivos poderão ser evitadas as sanções aplicadas pelos órgãos fiscalizadores.

OBJETIVOS DO CURSO:

Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos a serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

PÚBLICO:

Controladores Internos, Auditores, Contadores, Chefes de Unidades Administrativas, Advogados, Prefeitos, Gestores, Secretários Municipais, Vereadores, Servidores em geral, Assessores e demais Profissionais que atuam na Administração Pública Municipal.

DATA: 24 e 25 de outubro de 2024.

CARGA HORÁRIA: 16 horas/aula

LOCAL: ESPAÇO CDL – CUIABÁ

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

ENCERRAMENTO DE MANDATO

Inventários

Relatório Anual do Controle Interno da Prestação de Contas - Legislativo e Executivo

Gestores e Fiscais de Contratos



Repasse e Devolução dos Duodécimos do Legislativo Municipal
Orientações Sobre Procedimentos Patrimoniais, Orçamentários e Restos a Pagar
Aspectos Patrimoniais – Ativo
Aspectos Patrimoniais – Passivo
Aspectos Orçamentários – Empenhos
Aspectos Orçamentários – Despesa por Modalidade de Licitação
Rotinas de Encerramento de Exercício
Balanço Patrimonial
Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário
Demonstrações das Variações Patrimoniais
Formalização e Prazo para Encaminhamento da Prestação de Contas
Regulamentos da Lei nº 14.133/2021

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Conceito e Objetivos
Princípios da Transição Governamental
Aspectos Temporais
Regramentos Aplicáveis
Órgãos e Entidades Submetidas às Regras de Transição
Equipe de Transição Governamental
Forma de Atuação da Equipe de Transição
Informações e Documentos que devem ser Analisados na Transição
Unidades Administrativas que serão Analisadas e Informações solicitadas
Notificações a Controladoria Geral do Município
Resumo das Informações a Serem Analisadas
Regras Especiais
Responsabilidades
Providências a Serem Tomadas no Início de Gestão
Garantia de um Sistema de Controle Interno Funcional e Independente
Providências Junto ao Tribunal de Contas do Estado e Orientações Finais



Atos Estruturantes:

- ✓ Constituição Federal (*artigos 31, 70 e 74*);
- ✓ Constituição Estadual (*Indicação de Equipe*);
- ✓ Lei Nacional nº 9.504/97 – Estabelece normas para as Eleições – (*artigos 73 ao 78 - Condutas Vedadas aos Agentes Públicos*);
- ✓ Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (*Demonstrativos Contábeis*);
- ✓ Lei nº. 13.709/2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD*);
- ✓ Lei nº. 12.527/2011 (*Lei de Acesso à Informação Pública*)
- ✓ Lei Estadual MG nº 19.434/2011, (*Instituição de Comissão de Transição*);
- ✓ Lei Orgânica Municipal (*previsão de Transição*);
- ✓ Instrução Normativa TCU nº 71/2012 (*alterada pela IN nº 88/2020*).
- ✓ Regras Definidas pelos Tribunais de Contas (*TCETO - Cartilha Boa Governança na Transição de Mandato*).

METODOLOGIA DE TRABALHO:

O curso será realizado na forma “presencial”, com disponibilização de material didático (modelo de relatório em arquivo aberto), não sendo permitida a disponibilização do material em grupos de redes sociais, preservando os direitos autorais do autor. O Professor usará apresentação em slides que serão disponibilizados aos alunos no final da capacitação.

FACILITADOR:



PROF. MILTON MENDES BOTELHO

Contador, Auditor, Palestrante, Professor na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE (Governador Valadares - MG) – 2000 a 2006; Professor de Pós Graduação na UNIPAC (Campus Aimorés – MG) ATAME (Cuiabá – MT); Coordenador de Cursos de Capacitação na Área de Atuação Municipal;



Especialista em Administração Pública Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo – MG); Especialista em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce – FADIVALE – Governador Valadares – MG); Autor de vários trabalhos publicados sobre Controle Interno, Licitações, Gestão Administrativa, Contábil e Financeira dos Órgãos Municipais; Controlador Geral do Município de Ibatiba – ES (2009-2011); Auditor Chefe do Município de Galileia – MG; Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (2010/2013 – 2018/2021; Coordenador do Grupo de Trabalho da Área Pública (CRCMG – Belo Horizonte – MG – 2010 – 2013); Controlador Geral do Município de Galiléia - MG e Membro e Orador da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CAPACCITAR:

- Apoio logístico
- Disponibilizar Local do evento;
- Disponibilizar professor;
- Disponibilizar material didático (caderno, apostila, caneta, marca texto).
- Disponibilizar Coffe Break;
- Disponibilizar certificado com carga horaria e conteúdo programático;

INVESTIMENTO:

Valor do Investimento por participante: R\$ 1.899,00 (hum mil, oitocentos e noventa e nove reais).

Condições Especiais:

Quantidade de participante por órgão	Valor por participante
01 participante	Valor: R\$ 1.899,00
02 ou mais participantes	Valor: R\$ 1.750,00



CANCELAMENTO:

Cancelamento por parte do Treinando. O cancelamento da inscrição por parte do treinando poderá ser realizada com até 7 (sete) dias úteis de antecedência à realização do evento; após este prazo não mais será aceito o cancelamento da inscrição, mas poderá ser feita a substituição do participante.

Cancelamento por parte da empresa. A Capaccitar Treinamentos reserva-se o direito de adiar ou cancelar o evento por motivo operacional relevante obrigando-se, porém, a comunicar tal fato com razoável antecedência a Contratante.

Alteração: A Capaccitar se reserva no direito de realizar, de forma superveniente, alterações na programação. A substituição de palestrante poderá ocorrer em face da indisponibilidade do palestrante/instrutor após a confirmação do convite ou mesmo em razão de caso fortuito ou força maior.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

- Será fornecido material de apoio, coffee break e certificado de participação com conteúdo e carga horária.
- O certificado somente será concedido aos participantes que obtiverem o mínimo de 75% de frequência e após a realização do pagamento do curso;

DO PAGAMENTO:

O pagamento deverá ser realizado em nome da empresa: **VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ n. 43.734.527/0001-52**, na Agência: 0046-9, Conta Corrente: 38447-0, pelo Banco do Brasil, PIX: 43.734.527/0001-52.

CONTATO:

E-mail: atendimento.capaccitar@gmail.com

Tel: (65) 99694-6662 – Vanessa Carli

Instagram: [capaccitartreinamentos](https://www.instagram.com/capaccitartreinamentos)

Site: www.capaccitar.com.br

De: Valdinei S. - SAC

Para: DCOMP - DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Data: 12/09/2024 às 10:14:50

Prezados(as)

Conforme solicitado em [Proc. Administrativo 072/2024](#) segue para abertura de processo de contratação.

—

Valdinei Cebalho de Sousa

Diretor da Secretaria de Aquisição e Contratos

De: Danilo F. - CI

Para: SAC - SECRETARIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Data: 11/09/2024 às 14:11:02

Setores (CC):

SAC

Bom dia, solicito curso de capacitação.

Att,

—

Danilo Antoniassi de Figueiredo

Técnico Administrativo

Anexos:

Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Milton_Mendes_Botelho_.pdf

workshop_encerramento_de_mandato_e_transicao_de_governo.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Danilo Antonassi de Figuei...	11/09/2024 14:12:27	1Doc	DANILO ANTONASSI DE FIGUEIREDO CPF 058.XXX.X...
Lucas Pinheiro Sposito	17/09/2024 14:01:01	1Doc	LUCAS PINHEIRO SPOSITO CPF 013.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmccaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **27D9-B971-1BFA-B453**



Milton Mendes Botelho

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5911190631551964>

ID Lattes: **5911190631551964**

Última atualização do currículo em 04/04/2019

1. Ensino Fundamental: Escola Estadual Lina Lima ? Central de Minas 2. Ensino Médio: Escola Estadual José Januário Irmão (1985) ? Central de Minas 3. Formação Acadêmica/titulação: Ciências Contábeis na Universidade Vale do Rio Doce ? UNIVALE (Governador Valadares - MG - Conclusão 1999). Estudou Direito - Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce - FADIVALE 4. Formação complementar: Pós Graduação em Administração Pública Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo ? MG - 2001); Pós Graduação em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce ? FADIVALE ? Governador Valadares ? MG - 2005) Especialista em Processo e Técnicas Legislativas (Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM ? Rio de Janeiro ? RJ - 2006) Especialista em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Escola de Administração Fazendária - ESAF ? Brasília ? DF - 2008) 5. Atuação profissional: Contador Geral do Município de Central de Minas ? 1988 ? 1992 Contador Geral do Município de Alpercata ? MG ? 1993 - 1996 Sócio da Empresa Logus Assessoria e Consultoria Pública ? 1996 até dias atuais ? Governador Valadares - MG Escritor, Auditor, Palestrante na área de administração e Direito Público; Professor na Universidade Vale do Rio Doce ? UNIVALE (Gov. Valadares) ? 2000 a 2006); Professor de Pós Graduação na UNIPAC (Campus Aimorés ? MG 2013-2014) Professor de Pós Graduação na Escola ATAME (Cuiabá ? MT - 2011 - 2012); Professor da Escola de Governo Unipública Brasil (Curitiba ? PR); Instrutor e Facilitador de Cursos de Capacitação na Área Pública; Ex-Controlador Geral do Município de Ibatiba ? ES (2009-2011); Auditor Chefe dos Municípios de Itabirinha, Jampruca e Intambacuri ? MG; Controlador Geral do Município de Galiléia - MG; Diretor da Câmara Municipal de Alpercata - MG; Consultor Legislativo da Câmara Municipal de São Félix de Minas e São Geraldo da Piedade; Controlador Geral do Município de Galiléia ? MG (2017); Delegado do Conselho Regional de Contabilidade ? CRCMG ? 1994 ? 1996; Conselheiro do CRCMG (2010 ? 2015 / 2018 ? 2021). Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis; 6. Publicações: 1 Livro: Manual de Controle Interno - Teoria & Prática - Um Enfoque na Administração Pública Municipal - Editora Juruá - Curitiba - 2003; 2 Livro: Gestão Administrativa, Contábil e Financeira do Legislativo Municipal, 2ª Edição - Editora Juruá - Curitiba - PR - 2010; 3 Livro: Manual Prático de Controle Interno na Administração Pública Municipal, 3ª Edição - Editora Juruá - Curitiba - 2014; 4 Livro: Patrimônio na Administração Pública Municipal, 2ª Edição - Revista e Atualizada, editora Juruá - Curitiba - PR - 2015; 5 Cartilha Institucional do Poder Legislativo de Alpercata - 2016 - 1ª Edição ? Governador Valadares.. 6 Cartilha Institucional do Poder Legislativo de Itabirinha - 2017 - 1ª Edição ? Governador Valadares. 7 Livro: Controle Interno nas Compras e Licitações, 1ª Edição ? em processo de publicação ? 2018/2019. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Milton Mendes Botelho

Nome em citações bibliográficas

BOTELHO, Milton Mendes

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/5911190631551964>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Logus Assessoria e Consultoria Pública
Ltda, Logus Assessoria e Consultoria
Pública Ltda.
Rua Barão do Rio Branco, 480 - Sala 701
Centro
35010030 - Governador Valadares, MG -
Brasil
Telefone: (33) 32774951
Fax: (33) 32772604
URL da Homepage:
logusconsultoria.com.br

Formação acadêmica/titulação

2004 - 2005

Especialização em Especialização em
Direito Público. (Carga Horária: 360h).
Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce,
FADIVALE, Brasil.
Título: LICITAÇÃO NA MODALIDADE
CONVITE.

2000 - 2001

Especialização em Administração Pública
Municipal. (Carga Horária: 495h).
Faculdade de Ciências Humanas de Pedro
Leopoldo, CEP, Brasil.
Título: Não Houve monografia.

1995 - 1999

Graduação em Ciências Contábeis.
Universidade Vale do Rio Doce, UNIVALE,
Brasil.

Atuação Profissional

Logus Assessoria e Consultoria Pública Ltda, LOGUS, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - Atual

Vínculo: Sócio-proprietário,
Enquadramento Funcional: Sócio-
proprietário, Carga horária: 40

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, CRCMG, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Conselheiro Efetivo,
Enquadramento Funcional: Conselheiro,
Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Vice Presidente da Câmara de Controle Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

Academia Mineira de Ciências Contábeis, AMCC, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento
Funcional: Membro, Regime: Dedicção
exclusiva.

Outras informações

Fui empossado como membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis. Com muita honra fui indicado para ocupar a cadeira nº 65 da Academia, cujo patrono é o insigne Professor Ynel Alves Camargo ¹ - Contabilista que ocupou os mais importantes cargos nos órgãos da classe contábil e instituições de ensino do Brasil.

Câmara Municipal de São Félix de Minas, CMSFM, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Contador, Carga horária: 12

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea: Ciências
Contábeis.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

Idiomas

Inglês

Fala Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2010

Administrador Premium, Câmara Municipal
de Ibatiba.

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ **BOTELHO, Milton Mendes.** Gestão Administrativa,
Contábil e Financeira do Legislativo Municipal. 1ª. ed. Curitiba:
Juruá, 2008. 211p .

2.

★ **BOTELHO, Milton Mendes.** Manual Prático de Controle
Interno na Administração Pública Municipal. 2ª. ed. Curitiba:
Juruá, 2008. 287p .

3.

★ **BOTELHO, Milton Mendes.** Manual de Controle Interno Teoria & Prática. 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2003. 209p .

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Curso de Controle Interno na Administração Pública, com ênfase em Licitações e Capacitação de Pregoeiro. Curso de Controle Interno na Administração Pública, com ênfase em Licitações e Capacitação de Pregoeiro. 2007. (Outra).

2.

Curso Controle Interno. Curso Controle Interno. 2006. (Outra).

3.

A Valorização do Profissional na Área Pública. A Valorização do Profissional na área Pública. 2005. (Encontro).

4.

Curso Controle Interno. Curso Controle Interno. 2005. (Outra).

5.

Curso de Licitação, Contrato Administrativo e Pregão. Curso de Licitação, Contrato Administrativo e Pregão. 2005. (Outra).

6.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Outra).

7.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Outra).

8.

Curso sobre Contrato Administrativo e Pregão. Curso sobre Contrato Administrativo e Pregão. 2005. (Outra).

9.

I Seminário de Previdência Municipal do IMP. Previdência Municipal. 2005. (Seminário).

10.

Encerramento de Exercício. Encerramento de Exercício. 2004. (Seminário).

11.

II Seminário de Profissionais da Contabilidade e Gestores Públicos. Lei de Responsabilidade Fiscal. 2004. (Seminário).

12.

Instituição, Normatização do Sistema de Controle Interno. Instituição, Normatização do Sistema de Controle Interno. 2004. (Seminário).

13.

Transição de Governo. Transição de Governo. 2004. (Seminário).

14.

A Nova Realidade na Administração Pública. A Nova Realidade na Administração Pública. 2003. (Seminário).

Outras informações relevantes

Atualmente atuo como professor e palestrante na área de Administração Pública, abordando temas atualizadas nas seguintes áreas: 1 Transparência Pública, com construção de site oficial; 2 Regulamentação da Lei de Acesso à Informação Pública; 3 Gestão de Patrimônio Público e Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme as NBCASP (Portaria STN nº. 548/2015); 4 Controle Interno na Administração Pública Municipal; 5 Termo de Referência, Licitações, Capacitação de CPL e Pregoeiros; 6 Pregão, Registro de Preços e Contrato Administrativo; 7 Auditoria em Licitações; 8 Gestão do Legislativo, Processo e Técnicas Legislativas (redação oficial); 9 Planejamento Público (Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA) 10 Gestão de Pessoas e implantação do eSocial; 11 Auditoria em Folha de Pagamento; 12 Gestão Municipal, conforme o interesse do órgão.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 11/09/2024 às 14:07:41

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



WORKSHOP

ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS



APRESENTAÇÃO

Encerramento de mandato não coincide com ações preparatórias para registro de candidaturas, mesmo sendo o atual Prefeito pré-candidato. Portanto, as providências para encerrar o mandato são necessárias durante todo o momento, no entanto, os cuidados com o último ano da legislatura é essencial para garantir a legalidade e a legitimidade da transição de governo.

Os cuidados vão desde a observância das ações vedadas pela legislação, até a preparação prévia de demonstrativos contábeis, controle de gastos, revisão de remuneração de servidores, realização de inventários, controle de gastos, limitação de empenho, verificação de disponibilidade financeira, preparação da equipe que irá integrar a transição que nos termos do inciso IV do art. 74 CF/88, será coordenada pela unidade central de Controle Interno.

A prestação de contas é ato obrigatório posterior a transição de governo. Trata-se de demonstrações contábeis, que será preparada pelo Serviço de Registro Contábil e deve ser submetida à análise do Órgão de Controle Interno, que emitirá Relatório Anual da Análise das Contas, apresentadas pelo Prefeito, com parecer conclusivo, sobre as informações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional. Diante dessas regras o Controlador Geral do Município, obrigatoriamente deve se manter no cargo no mínimo até março do primeiro ano do mandato seguintes, quando este não for detentor de cargo efetivo.

São várias normas que devem ser observadas para o correto encerramento do mandato, incluindo a guarda do banco de dados (*backup*), documentos, informações bancárias e patrimoniais. Com as novas regras trazidas pela lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos, estão a gestão e fiscalização de contratos, devendo ser objeto de análise por parte dos órgãos de controle interno, quando aos relatórios de execução contratual, especialmente os contratos de serviços contínuos e obras.

Com o propósito de preparar os agentes públicos e em busca do aperfeiçoamento da administração pública, evitando assim a aplicação de penalidades e prejuízos aos cofres públicos, estamos desenvolvendo material específico para ser aplicado em nossos treinamentos. Serão várias etapas de preparação durante o exercício de



2024, e também visando uma capacitação para aqueles que iniciarão um novo governo em 2025.

Ainda são muitos os agentes públicos penalizados depois de deixarem seus cargos, tornando onerosas e desgastantes as defesas. Com cuidados simples e objetivos poderão ser evitadas as sanções aplicadas pelos órgãos fiscalizadores.

OBJETIVOS DO CURSO:

Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos a serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

PÚBLICO:

Controladores Internos, Auditores, Contadores, Chefes de Unidades Administrativas, Advogados, Prefeitos, Gestores, Secretários Municipais, Vereadores, Servidores em geral, Assessores e demais Profissionais que atuam na Administração Pública Municipal.

DATA: 24 e 25 de outubro de 2024.

CARGA HORÁRIA: 16 horas/aula

LOCAL: ESPAÇO CDL – CUIABÁ

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

ENCERRAMENTO DE MANDATO

Inventários

Relatório Anual do Controle Interno da Prestação de Contas - Legislativo e Executivo

Gestores e Fiscais de Contratos



Repasse e Devolução dos Duodécimos do Legislativo Municipal
Orientações Sobre Procedimentos Patrimoniais, Orçamentários e Restos a Pagar
Aspectos Patrimoniais – Ativo
Aspectos Patrimoniais – Passivo
Aspectos Orçamentários – Empenhos
Aspectos Orçamentários – Despesa por Modalidade de Licitação
Rotinas de Encerramento de Exercício
Balanço Patrimonial
Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário
Demonstrações das Variações Patrimoniais
Formalização e Prazo para Encaminhamento da Prestação de Contas
Regulamentos da Lei nº 14.133/2021

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Conceito e Objetivos
Princípios da Transição Governamental
Aspectos Temporais
Regramentos Aplicáveis
Órgãos e Entidades Submetidas às Regras de Transição
Equipe de Transição Governamental
Forma de Atuação da Equipe de Transição
Informações e Documentos que devem ser Analisados na Transição
Unidades Administrativas que serão Analisadas e Informações solicitadas
Notificações a Controladoria Geral do Município
Resumo das Informações a Serem Analisadas
Regras Especiais
Responsabilidades
Providências a Serem Tomadas no Início de Gestão
Garantia de um Sistema de Controle Interno Funcional e Independente
Providências Junto ao Tribunal de Contas do Estado e Orientações Finais



Atos Estruturantes:

- ✓ Constituição Federal (*artigos 31, 70 e 74*);
- ✓ Constituição Estadual (*Indicação de Equipe*);
- ✓ Lei Nacional nº 9.504/97 – Estabelece normas para as Eleições – (*artigos 73 ao 78 - Condutas Vedadas aos Agentes Públicos*);
- ✓ Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (*Demonstrativos Contábeis*);
- ✓ Lei nº. 13.709/2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD*);
- ✓ Lei nº. 12.527/2011 (*Lei de Acesso à Informação Pública*)
- ✓ Lei Estadual MG nº 19.434/2011, (*Instituição de Comissão de Transição*);
- ✓ Lei Orgânica Municipal (*previsão de Transição*);
- ✓ Instrução Normativa TCU nº 71/2012 (*alterada pela IN nº 88/2020*).
- ✓ Regras Definidas pelos Tribunais de Contas (*TCETO - Cartilha Boa Governança na Transição de Mandato*).

METODOLOGIA DE TRABALHO:

O curso será realizado na forma “presencial”, com disponibilização de material didático (modelo de relatório em arquivo aberto), não sendo permitida a disponibilização do material em grupos de redes sociais, preservando os direitos autorais do autor. O Professor usará apresentação em slides que serão disponibilizados aos alunos no final da capacitação.

FACILITADOR:



PROF. MILTON MENDES BOTELHO

Contador, Auditor, Palestrante, Professor na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE (Governador Valadares - MG) – 2000 a 2006; Professor de Pós Graduação na UNIPAC (Campus Aimorés – MG) ATAME (Cuiabá – MT); Coordenador de Cursos de Capacitação na Área de Atuação Municipal;



Especialista em Administração Pública Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo – MG); Especialista em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce – FADIVALE – Governador Valadares – MG); Autor de vários trabalhos publicados sobre Controle Interno, Licitações, Gestão Administrativa, Contábil e Financeira dos Órgãos Municipais; Controlador Geral do Município de Ibatiba – ES (2009-2011); Auditor Chefe do Município de Galileia – MG; Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (2010/2013 – 2018/2021; Coordenador do Grupo de Trabalho da Área Pública (CRCMG – Belo Horizonte – MG – 2010 – 2013); Controlador Geral do Município de Galiléia - MG e Membro e Orador da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CAPACCITAR:

- Apoio logístico
- Disponibilizar Local do evento;
- Disponibilizar professor;
- Disponibilizar material didático (caderno, apostila, caneta, marca texto).
- Disponibilizar Coffe Break;
- Disponibilizar certificado com carga horaria e conteúdo programático;

INVESTIMENTO:

Valor do Investimento por participante: R\$ 1.899,00 (hum mil, oitocentos e noventa e nove reais).

Condições Especiais:

Quantidade de participante por órgão	Valor por participante
01 participante	Valor: R\$ 1.899,00
02 ou mais participantes	Valor: R\$ 1.750,00



CANCELAMENTO:

Cancelamento por parte do Treinando. O cancelamento da inscrição por parte do treinando poderá ser realizada com até 7 (sete) dias úteis de antecedência à realização do evento; após este prazo não mais será aceito o cancelamento da inscrição, mas poderá ser feita a substituição do participante.

Cancelamento por parte da empresa. A Capaccitar Treinamentos reserva-se o direito de adiar ou cancelar o evento por motivo operacional relevante obrigando-se, porém, a comunicar tal fato com razoável antecedência a Contratante.

Alteração: A Capaccitar se reserva no direito de realizar, de forma superveniente, alterações na programação. A substituição de palestrante poderá ocorrer em face da indisponibilidade do palestrante/instrutor após a confirmação do convite ou mesmo em razão de caso fortuito ou força maior.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

- Será fornecido material de apoio, coffee break e certificado de participação com conteúdo e carga horária.
- O certificado somente será concedido aos participantes que obtiverem o mínimo de 75% de frequência e após a realização do pagamento do curso;

DO PAGAMENTO:

O pagamento deverá ser realizado em nome da empresa: **VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ n. 43.734.527/0001-52**, na Agência: 0046-9, Conta Corrente: 38447-0, pelo Banco do Brasil, PIX: 43.734.527/0001-52.

CONTATO:

E-mail: atendimento.capaccitar@gmail.com

Tel: (65) 99694-6662 – Vanessa Carli

Instagram: [capaccitartreinamentos](https://www.instagram.com/capaccitartreinamentos)

Site: www.capaccitar.com.br

De: Valdinei S. - SAC

Para: DCOMP - DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Data: 12/09/2024 às 10:14:50

Prezados(as)

Conforme solicitado em [Proc. Administrativo 072/2024](#) segue para abertura de processo de contratação.

—

Valdinei Cebalho de Sousa

Diretor da Secretaria de Aquisição e Contratos

De: Luiz L. - PRESIDENTE

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 12/09/2024 às 14:16:48

Prezados,

Autorizado. Favor proceder conforme solicitado.

Na oportunidade, solicito a minha inclusão no curso supramencionado.

At.te,

—

Luiz Laudo Paz Landim

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Vereador - União Brasil (UB)

De: Viviane P. - DCOMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/09/2024 às 09:44:36

Faço a juntada do Termo de Referência do presente processo.

—

Viviane Cristina Matias Pereira
Técnico administrativo

Anexos:

Termo_de_referencia.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Viviane Cristina Matias Pe...	13/09/2024 09:45:27	1Doc	VIVIANE CRISTINA MATIAS PEREIRA CPF 033.XXX....
Valdinei Cebalho de Souza	13/09/2024 10:35:40	1Doc	VALDINEI CEBALHO DE SOUZA CPF 006.XXX.XXX-61

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmccaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **89ED-C6AC-4EA1-F62A**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 023/2024

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços para oferta de 05 (cinco) vagas de capacitação externa, visando à inscrição dos servidores mobilizados da Câmara Municipal de Cáceres, no curso presencial: Encerramento de mandato e transição de governo, diretrizes e boas práticas, com carga horária de 16h.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. TCE	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CURSO ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, COM CARGA HORÁRIA DE 16 HORAS	00086205	UND.	05	R\$ 1.750,00	R\$ 8.750,00

1.2. A capacitação será realizada na modalidade presencial entre os dias 24 e 25 de outubro de 2024, na cidade de Cuiabá-MT.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.750,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.4. A presente contratação será feita por inexigibilidade de licitação nos termos da alínea f do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Rua Coronel José Dulce, esquina com Rua General Osório, S/N, Centro, Cáceres/MT – 78210-056
Fone: (65) 3223-1707 - www.caceres.mt.leg.br

1.5. O instrumento contratual será substituído por nota de empenho, nos termos do inciso I do art. 95 da Lei nº 14.133/21, visto que o valor desta inexigibilidade é inferior ao limite das modalidades de dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 75 da Lei. Além disso, considerando que o acesso à plataforma da empresa é realizado quando da matrícula, não se verifica prejuízo à execução ou à segurança da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se em Documento de Formalização da Demanda nº 072/2024 – 1Doc, em que foram apresentados os motivos que originaram a necessidade desta contratação.

2.2. A capacitação e treinamento dos servidores é peça chave em busca da excelência organizacional, visto que a qualificação oferecerá conhecimentos, habilidades e ferramentas para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para encerramento de mandato e ainda definir procedimentos a serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão..

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Encerramento de mandato não coincide com ações preparatórias para registro de candidaturas, mesmo sendo o atual Prefeito pré-candidato. Portanto, as providências para encerrar o mandato são necessárias durante todo o momento, no entanto, os cuidados com o último ano da legislatura é essencial para garantir a legalidade e a legitimidade da transição de governo.

3.2. Os cuidados vão desde a observância das ações vedadas pela legislação, até a preparação prévia de demonstrativos contábeis, controle de gastos, revisão de remuneração de servidores, realização de inventários, controle de gastos, limitação de empenho, verificação de disponibilidade financeira, preparação da equipe que irá integrar a transição que nos termos do inciso IV do art. 74 CF/88, será coordenada pela unidade central de Controle Interno.

3.3. A prestação de contas é ato obrigatório posterior a transição de governo. Trata-se de demonstrações contábeis, que será preparada pelo Serviço de Registro Contábil e deve ser submetida à análise do Órgão de Controle Interno, que emitirá Relatório Anual da Análise das Contas, apresentadas pelo Prefeito, com parecer conclusivo, sobre as informações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional. Diante dessas regras o Controlador Geral do Município, obrigatoriamente deve se manter no cargo no mínimo até março do primeiro ano do mandato seguintes, quando este não for detentor de cargo efetivo.

3.4. São várias normas que devem ser observadas para o correto encerramento do mandato, incluindo a guarda do banco de dados (backup), documentos, informações bancárias e patrimoniais. Com as novas regras trazidas pela lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos, estão a gestão e fiscalização de contratos, devendo ser objeto de análise por parte dos órgãos de controle interno, quando aos relatórios de execução contratual, especialmente os contratos de serviços contínuos e obras.

3.5. Com o propósito de preparar os agentes públicos e em busca do aperfeiçoamento da administração pública, evitando assim a aplicação de penalidades e prejuízos aos cofres públicos, estamos desenvolvendo material específico para ser aplicado em nossos treinamentos. Serão várias etapas de preparação durante o exercício de 2024, e também visando uma capacitação para aqueles que iniciarão um novo governo em 2025.

3.6. Ainda são muitos os agentes públicos penalizados depois de deixarem seus cargos, tornando onerosas e desgastantes as defesas. Com cuidados simples e objetivos poderão ser evitadas as sanções aplicadas pelos órgãos fiscalizadores.

3.7. Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos a serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

3.8. Destaque-se que o facilitador será: Prof. Milton Mendes Botelho:

3.8.1. Contador, Auditor, Palestrante, Professor na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE (Governador Valadares - MG) – 2000 a 2006; Professor de Pós Graduação na UNIPAC (Campus Aimorés – MG) ATAME (Cuiabá – MT); Coordenador de Cursos de Capacitação na Área de Atuação Municipal; Especialista em Administração Pública

Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo – MG); Especialista em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce – FADIVALE – Governador Valadares – MG); Autor de vários trabalhos publicados sobre Controle Interno, Licitações, Gestão Administrativa, Contábil e Financeira dos Órgãos Municipais; Controlador Geral do Município de Ibatiba – ES (2009-2011); Auditor Chefe do Município de Galileia – MG; Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (2010/2013 – 2018/2021); Coordenador do Grupo de Trabalho da Área Pública (CRCMG – Belo Horizonte – MG – 2010 – 2013); Controlador Geral do Município de Galiléia - MG e Membro e Orador da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

3.4. Os objetivos pretendidos com a contratação do curso ora apresentado são:

3.4.5. Preparar os agentes públicos para formação de equipe de transição, geração de informações e demonstrativos contábeis e técnicos, análise de informações para um encerramento de mandato e ainda definir procedimentos a serem adotados na transição de governo 2024/2025, objetivando um encerramento das contas públicas com observância aos preceitos técnicos e legais orientados para uma boa e regular prestação de contas de gestão.

4. ENQUADRAMENTO

4.1. Art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021, no que diz:

“III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.”

4.2. Art. 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021, no que diz:

“f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”

4.3. O serviço a ser contratado possui natureza de serviço não-continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.3.1. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação constante dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de uma contratação direta de pequeno valor por emissão de nota de empenho, sem a formalização de Termo de Contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de execução do serviço será de 16 (dezesesseis) horas, distribuídos em 02 (dois) dias, com início em 25 de outubro e encerramento em 25 de outubro de 2024, na forma que se segue:

5.1.1. O curso será ministrado presencialmente, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas.

5.1.2. Todos os materiais didáticos estarão inclusos sem custo adicional.

5.1.3. Ao final da capacitação será fornecido aos servidores o certificado de participação da capacitação.

6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais de apoio para o acompanhamento das aulas, seja por meio de slides de apresentação ou outros documentos que os professores julgarem pertinentes e convenientes para o aprendizado.

7. MODELO DE GESTÃO

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO:

7.1.1. A avença formalizada por meio de nota de empenho deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ação de capacitação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3. A execução da capacitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo agente requisitante.

7.1.3.1. Os servidores mobilizados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ação de capacitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. Os servidores mobilizados informarão a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.4. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.5. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ação de capacitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.6. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.6.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.7. As comunicações entre o Órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.8. O Órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.9. Após a emissão da Nota de Empenho o requisitante encaminhará a Contratada, para garantir a participação na ação de capacitação, na data determinada para sua realização.

7.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) Estadual, Certidão Negativa de Débito (CND) Municipal, Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e a Certidão Consolidada emitida pelo TCU.

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o ateste do servidor/aluno referente à devida prestação do curso de capacitação, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

c) caso a Contratada deixe de prestar o serviço na sua totalidade, não fará jus ao valor previamente acordado e empenhado;

d) caso seja prestado o serviço parcialmente, a Nota Fiscal será paga proporcionalmente às horas aulas executadas.

7.2.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a execução do objeto e entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor competente.

7.2.4. Para pagamento, a empresa deverá apresentar a nota fiscal dos serviços prestados, devendo ser emitida em nome da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

7.2.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto” da nota fiscal e relatório da execução dos serviços feitos pelo servidor competente.

7.2.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.2.6.1. A Contratada deverá fazer constar na nota fiscal emitida o valor do IR a ser retido em seus documentos fiscais emitidos à Câmara Municipal de Cáceres, seja em campo específico ou nas observações complementares dos documentos, ou ainda a isenção que lhe cabe, considerando as suas características tributárias.

7.2.6.2. Os dispositivos legais podem ser observados nos parágrafos § 5º que dista que "as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço" e § 6º colocando que "para fins desta Instrução Normativa, a pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidas na operação" da IN RFB Nº 1234/12.

7.2.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.2.7.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.2.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.2.10. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal deverá ser o mesmo que conste no contrato.

7.2.11. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.3. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

7.3.1. Nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnica ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na alínea f do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Previamente à contratação da ação de capacitação proposta, que se dará pela emissão da Nota de Empenho, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio dos documentos citados no item 7 deste Termo de Referência.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

8.13.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

8.13.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;

8.13.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.13.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta recursos próprios da Câmara Municipal de Cáceres, no orçamento vigente.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 8. Elemento 01.031.1001.2001.0000 3.3.90.39.00.

10. DO REAJUSTAMENTO

10.1. O preço do produto não poderá ser reajustado.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRANTE:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo estabelecido no Termo de Referência;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Efetuar a entrega do serviço conforme especificações, prazo e local constantes no TR, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará o serviço fornecido, marca, preço unitário e total, contra bancária e data de emissão.

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 à 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13. DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

13.1. O critério adotado para julgamento das propostas será do tipo menor preço unitário.

14. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

14.1. O pagamento do objeto deste Termo de Referência se dará no prazo de até 30 (dias) contados do recebimento definitivo do objeto.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Incorrerá em sanção administrativa se a contratada praticar qualquer ato, isolado ou em conjunto, previsto na Lei nº 14.133/21, em especial os artigos 155 a 163.

15.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

O presente documento segue assinado pelo Integrante Requisitante e Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação.

VIVIANE CRISTINA MATIAS PEREIRA

Integrante Administrativo

16. VISTO E APROVADO POR:

VALDINEI CEBALHO DE SOUSA

Diretor da Secretaria de Aquisições e Contratos

Cáceres-MT, 13 de setembro de 2024

De: Viviane P. - DCOMP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/09/2024 às 09:58:45

Encaminho demais documentos que compõem o processo.

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

Anexos:

Balizamento.pdf

CERTIDOES_ARQUIVO_UNICO.pdf

PREC_O_DE_MERCADO_16_HORAS_OK_3_.pdf

Termo_de_Justificativade_Preco.pdf

Termo_de_Justificativa_escolha_da_Contratada.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Viviane Cristina Matias Pe...	13/09/2024 10:00:40	1Doc VIVIANE CRISTINA MATIAS PEREIRA CPF 033.XXX....

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **45C4-5B0D-E86C-9595**

BALIZAMENTO						
PROC. ADMINISTRATIVO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 023/2024						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND. FOR.	QUANT.	VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA	VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA	VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA
1	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CURSO ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, COM CARGA HORÁRIA DE 16 HORAS – (CÓD. TCE 00086205)	SV	1	R\$ 1.750,00	R\$ 1.899,00	R\$ 1.899,00
<p>OS VALORES PRATICADOS PELA EMPRESA VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA QUE CONSTAM NESTE BALIZAMENTO SÃO REFERENTES AO CURSO MINISTRADO PARA CAMARA MUNICIPAL DE PARANAITA E PARA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS SOBRE CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE) E CREDENCIAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - NLL E AO CURSO DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS PARA MANDATOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS MINISTRADO PARA CAMARA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ. OBS.: O VALOR POR INSCRITO É DE R\$ 1.899,00, PORÉM COMO SERÃO 4 (QUATROS) INSCRITOS, O VALOR POR INSCRITO SERÁ DE R\$1.750,00</p>						
CÁCERES-MT, 12 DE SETEMBRO DE 2024						
<p>VIVIANE CRISTINA MATIAS PEREIRA Técnica Administrativa da Secretaria de Aquisições</p>						

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 43.734.527/0001-52 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/10/2021	
NOME EMPRESARIAL VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CAPACCITAR TREINAMENTOS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário 47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R BARAO DE MELGACO	NUMERO 3988	COMPLEMENTO EDIF LEBLON ANDAR 08 APT 808	
CEP 78.005-300	BAIRRO/DISTRITO CENTRO-NORTE	MUNICIPIO CUIABA	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO VANESSA_CARLI@HOTMAIL.COM		TELEFONE (65) 9915-6662	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/10/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **13/06/2024** às **13:25:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0052620619**

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **09/09/2024** Hora da emissão: **11:04:23**

Nome/denominação do sujeito passivo: **VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA**

CNPJ: **43.734.527/0001-52**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **07/11/2024**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TL92TUA27T9L922B**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 43.734.527/0001-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:50:23 do dia 03/06/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/11/2024.

Código de controle da certidão: **47A8.126B.2892.D7C8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 43.734.527/0001-52
Razão Social: VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES 00168869179
Endereço: R PEDRO OLIVEIRA GUIMARAES 86 / BAU / CUIABA / MT / 78008-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2024 a 04/10/2024

Certificação Número: 2024090510415692027851

Informação obtida em 13/09/2024 09:50:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO

773480/2024

1688256

PROCESSO

EXERCÍCIO

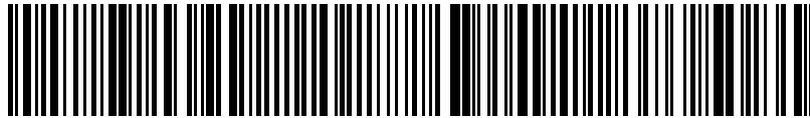
GERAL

CONTRIBUINTE

735295684

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

LANCAMENTOS DIVERSOS - 428562



1208202443734527000152001005657734802429017241688256

NOME

VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ

43.734.527/0001-52

RG/INSCR. ESTADUAL

ENDEREÇO

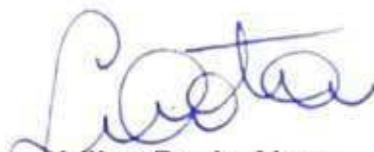
Rua BARAO DE MELGACO, 3988 - EDIF LEBLON ANDAR 08 APT 808 - - CUIABA/MT

BAIRRO

FINALIDADE

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em dívida ativa da prefeitura municipal de Cuiabá. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer título, de dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, segunda-feira, 12 de agosto de 2024


Lilian Paula Alves
Procuradora Fiscal do Município

Certidão válida até 10 de Novembro de 2024.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/06/2024 13:28:57

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **43.734.527/0001-52**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 43.734.527/0001-52
Certidão n°: 41418371/2024
Expedição: 13/06/2024, às 13:26:49
Validade: 10/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **43.734.527/0001-52**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PREÇO DE MERCADO PRATICADO PELA EMPRESA

VANESSA CARLI TREINAMENTOS



TABELA DE VALORES

Carga horária: 16 horas/aula

Câm. Paranaíta	Câm. Campo novo do Parecis	Câm. Nova Maringá
R\$ 1.750,00	R\$ 1.899,00	R\$ 1.899,00

www.capaccitar.com.br



Prefeitura Municipal de Cuiabá
Secretaria Municipal de Fazenda
Fone: () - <http://www.cuiaba.mt.gov.br/>



Série do Documento
Nota Fiscal de Serviço
Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal
376

Dados do Prestador de Serviço

VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES 00168869179
CAPACCITAR TREINAMENTOS

Rua Pedro Oliveira Guimarães,86 - Baú
CEP 78008-160 - Fone: (65)99915-6662 - Cuiabá/ MT
vanessa_carli@hotmail.com
Inscrição Municipal 214686 - CPF/CNPJ 43.734.527/0001-52

Data de Geração da NFS-e
02/02/2024 08:10:05
Data de Competência/Emissão
02/02/2024
Cód. de Autenticidade
A1F11CDDF
Responsável pela Retenção



Identificação da Nota Fiscal Eletrônica

Natureza da Operação Exigível	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS
Local dos Serviços Cuiabá - Mato Grosso	Município Incidência Cuiabá - Mato Grosso		

Dados do Tomador de Serviços

CNPJ/CPF : 00.831.461/0001-06 **IM :**
Razão Social : CAMARA MUNICIPAL DE PARANAITA
Endereço : AVENIDA LUDOVICO DA RIVA NETO **Número :** 435
Complemento : **Bairro :** CENTRO
CEP : 78590-000 **Cidade/UF :** Paranaíta/ MT
Telefone : **E-mail :**

Dados do Intermediário de Serviços

CNPJ	Inscrição Municipal	Razão Social
------	---------------------	--------------

Descrição dos Serviços

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE TREINAMENTO SOBRE CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE) E CREDENCIAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - NLL, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 05 E 06 DE FEVEREIRO DE 2024, COM CARGA HORÁRIA DE 16 HORAS, NO ESPAÇO CDL-CUIABÁ, COM A FACILITADORA MARILENE MATOS.
02 PARTICIPANTES – 1.750,00 CADA
DADOS BANCÁRIOS
BANCO DO BRASIL
AG: 0046-9
CONTA CORRENTE: 38447-0
PIX: 43.734.527/0001-52

Detalhamento dos Tributos

Atividade do Município 8599604 - [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profi...	Alíquota 3,16	Item da LC116/2003 802	Cód. NBS	Cód. CNAE 8599604			
VI. Total dos Serviços R\$ 3.500,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 3.500,00	Total do ISSQN R\$ 110,60	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00	
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. ISSQN Retido R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 3.500,00
Construção Civil	Cód. Obra :	Art. :					

Informações Adicionais

I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."
PROCON/MT- Rua Baltazar Navarros, 567 – Bairro Bandeirantes CEP: 78010-020 Fone:151 e (65)3613-2100- PROCON MUNICIPAL -FONE:3641-8325

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/>



Prefeitura Municipal de Cuiabá
Secretaria Municipal de Fazenda
Fone: () - <http://www.cuiaba.mt.gov.br/>



Série do Documento
Nota Fiscal de Serviço
Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal
390

Dados do Prestador de Serviço

VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES 00168869179
CAPACCITAR TREINAMENTOS

Rua Pedro Oliveira Guimarães,86 - Baú
CEP 78008-160 - Fone: (65)99915-6662 - Cuiabá/ MT
vanessa_carli@hotmail.com
Inscrição Municipal 214686 - CPF/CNPJ 43.734.527/0001-52

Data de Geração da NFS-e
07/02/2024 08:35:03
Data de Competência/Emissão
07/02/2024
Cód. de Autenticidade
5B49E16D0
Responsável pela Retenção



Identificação da Nota Fiscal Eletrônica

Natureza da Operação Exigível	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS
Local dos Serviços Cuiabá - Mato Grosso	Município Incidência Cuiabá - Mato Grosso		

Dados do Tomador de Serviços

CNPJ/CPF : 37.499.332/0001-72 **IM :**
Razão Social : CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS
Endereço : Rua Porto Velho **Número :** 385
Complemento : **Bairro :** Centro
CEP : 78360-000 **Cidade/UF :** Campo Novo do Parecis/ MT
Telefone : **E-mail :** marcelodfish@hotmail.com

Dados do Intermediário de Serviços

CNPJ	Inscrição Municipal	Razão Social
------	---------------------	--------------

Descrição dos Serviços

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE TREINAMENTO SOBRE CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE) E CREDENCIAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - NLL, QUE OCORREU NOS DIAS 05 E 06 DE FEVEREIRO DE 2024, COM CARGA HORÁRIA DE 16 HORAS, NO ESPAÇO CDL-CUIABÁ, COM A FACILITADORA MARILENE MATOS.
01 PARTICIPANTE – 1.899,00
DADOS BANCÁRIOS
BANCO DO BRASIL
AG: 0046-9
CONTA CORRENTE: 38447-0
PIX: 43.734.527/0001-52

Detalhamento dos Tributos

Atividade do Município 8599604 - [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profi...	Alíquota 3,16	Item da LC116/2003 802	Cód. NBS	Cód. CNAE 8599604			
VI. Total dos Serviços R\$ 1.899,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 1.899,00	Total do ISSQN R\$ 60,01	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00	
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. ISSQN Retido R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 1.899,00
Construção Civil	Cód. Obra :	Art. :					

Informações Adicionais

I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."
PROCON/MT- Rua Baltazar Navarros, 567 – Bairro Bandeirantes CEP: 78010-020 Fone:151 e (65)3613-2100- PROCON MUNICIPAL -FONE:3641-8325

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/>



Prefeitura Municipal de Cuiabá
Secretaria Municipal de Fazenda
Fone: () - <http://www.cuiaba.mt.gov.br/>



Série do Documento
Nota Fiscal de Serviço
Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal
421

Dados do Prestador de Serviço

VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA
CAPACCITAR CURSOS

Rua Pedro Oliveira Guimarães, 86 - Baú
CEP 78008-160 - Fone: (65)99915-6662 - Cuiabá/ MT
vanessa_carli@hotmail.com
Inscrição Municipal 214686 - CPF/CNPJ 43.734.527/0001-52

Data de Geração da NFS-e
26/03/2024 09:56:32
Data de Competência/Emissão
26/03/2024
Cód. de Autenticidade
916D4D3C3
Responsável pela Retenção



Identificação da Nota Fiscal Eletrônica

Natureza da Operação Exigível	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS
Local dos Serviços Cuiabá - Mato Grosso	Município Incidência Cuiabá - Mato Grosso		

Dados do Tomador de Serviços

CNPJ/CPF : 37.464.294/0001-12 **IM :**
Razão Social : Camara Municipal de Nova Maringa
Endereço : AV. AMOS BERNARDINO ZANCHET **Número :** 0
Complemento : **Bairro :** CENTRO
CEP : 78445-000 **Cidade/UF :** Nova Maringá/ MT
Telefone : (66)3537-1105 **E-mail :** camaramunicipal_novamaringa@yahoo.com.br

Dados do Intermediário de Serviços

CNPJ	Inscrição Municipal	Razão Social
------	---------------------	--------------

Descrição dos Serviços

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE TREINAMENTO DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS PARA MANDATOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 18 E 19 DE MARÇO DE 2024, COM CARGA HORÁRIA DE 16 HORAS, NO ESPAÇO CDL EM CUIABÁ/MT, COM O FACILITADOR MAX MULLER.
01 PARTICIPANTE – R\$ 1.899,00
DADOS BANCÁRIOS
BANCO DO BRASIL
AG: 0046-9
CONTA CORRENTE: 38447-0
PIX: 43.734.527/0001-52

Detalhamento dos Tributos

Atividade do Município 8599604 - [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profi...	Aliquota 3,16	Item da LC116/2003 802	Cód. NBS	Cód. CNAE 8599604			
VI. Total dos Serviços R\$ 1.899,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 1.899,00	Total do ISSQN R\$ 60,01	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00	
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. ISSQN Retido R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 1.899,00
Construção Civil	Cód. Obra :	Art. :					

Informações Adicionais

I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."
PROCON/MT- Rua Baltazar Navarros, 567 – Bairro Bandeirantes CEP: 78010-020 Fone:151 e (65)3613-2100- PROCON MUNICIPAL -FONE:3641-8325

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/>

Nota gerada em 26/03/2024 09:56:32, substitui a nota nº 408



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

PROCESSO ADMINISTRATIVO
CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2024

TERMO DE JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A justificativa de preço se fez a partir da constatação de que o preço a ser pago ao contratado encontra-se compatível com os preços praticados pela empresa para outros contratantes, conforme notas fiscais de contratações semelhantes apresentadas pela empresa.

A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f.

Em relação ao preço, verifica-se que o valor de **R\$ 1.750,00** (mil novecentos e oitenta reais) por inscrito, está compatível com os preços realizados pela empresa para outros contratantes, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Cáceres-MT, 13 de setembro de 2024

VIVIANE CRISTINA MATIAS PEREIRA
Técnica Administrativa da Secretaria de Aquisições e Contratos



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

PROCESSO ADMINISTRATIVO
CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2024

TERMO DE JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A escolha recaiu a favor da empresa VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº . 43.734.527/0001-52, em decorrência desta ter ofertado o referido curso com as características e conteúdo de interesse dos servidores da Câmara Municipal de Cáceres, o que atende ao requisito de natureza singular e será ministrado por profissionais reconhecidos e de notória especialidade, como determina o Art. 74, inciso III - alínea f, da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21.

Os temas que serão tratados no curso oferecido pela empresa supracitada têm compatibilidade com as funções exercidas pelo servidor.

Cáceres-MT, 13 de setembro de 2024.

VIVIANE CRISTINA MATIAS PEREIRA
Técnica Administrativa da Secretaria de Aquisições e Contratos

De: Viviane P. - DCOMP

Para: SCONF - SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Data: 13/09/2024 às 10:02:24

Prezados,

Solicito dotação orçamentária do presente processo.

Atenciosamente,

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

De: Claudia D. - SCONF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/09/2024 às 11:29:33

Segue o relatório solicitado.

—

Claudia de Moraes Yoshida Dalbem

Contadora

Anexos:

dotacao_orcamentaria_ficha_08_capitacao_13_09_24.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Claudia de Moraes Yoshida ...	13/09/2024 11:29:47	1Doc CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM CPF 289.XXX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **2409-AACD-9219-EC7C**



Ao
Setor Demandante

Prezado(a) Senhor(a),

Confirmamos a existência de dotação orçamentária na rubrica a seguir especificada,
para fins de licitação:

Código da Ficha : 8

Órgão : 01 -PODER LEGISLATIVO

Unidade : 01 -CÂMARA MUNICIPAL

Dotação : 01.031.1001.2002.0000 3.3.90.00.00

APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)

Saldo Orçamentário : R\$ 30.801,00

TRINTA MIL, OITOCENTOS E UM REAIS

Atenciosamente,

**CLAUDIA M. YOSHIDA DALBEM
CONTADORA**

De: Ana S. - DCOMP

Para: PRESIDENTE - GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Data: 13/09/2024 às 11:39:15

Senhor Presidente,

Encaminho Termo de Autorização do presente processo para assinatura.

Atenciosamente,

—

Ana Maria Pereira de Souza

Técnico Administrativo

Anexos:

Termo_de_Autorizacao.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Luiz Laudo Paz Landim	13/09/2024 13:07:33	1Doc LUIZ LAUDO PAZ LANDIM CPF 486.XXX.XXX-87

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **7527-0E5C-1399-67CE**



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2024**

Compulsando o presente expediente, autuado sob nº 023/2024, verifica-se a presença da necessidade/importância da contratação pretendida pelo setor requerente.

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Há disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para fazer frente as despesas, devidamente comprovado com a Dotação Orçamentária expedida pelo órgão de Contabilidade da Câmara Municipal.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 023/2024**, nos termos descritos abaixo:

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Objeto a ser contratado: Contratação de serviços para oferta de 05 (cinco) vagas de capacitação externa, visando à inscrição dos servidores mobilizados da Câmara Municipal de Cáceres, no curso presencial: Encerramento de mandato e transição de governo, diretrizes e boas práticas, com carga horária de 16h.

Contratado: VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001-52.

Valor Total: R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais)



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III da Lei Federal 14.133/2021.

Publique-se.

Cáceres-MT, 13 de setembro de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres-MT

De: Luiz L. - PRESIDENTE

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/09/2024 às 13:08:09

Prezados,

Segue conforme solicitado.

At.te,

—

Luiz Laudo Paz Landim

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Vereador - União Brasil (UB)

De: Viviane P. - DCOMP

Para: PJ - NICOLAS

Data: 13/09/2024 às 13:12:59

Prezado,

Encaminho processo para emissão de parecer.

Atenciosamente,

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

De: Nicolas R. - PJ

Para: SAC - SECRETARIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Data: 16/09/2024 às 13:56:38

Pedido de parecer jurídico para análise de contratação de empresa especializada no fornecimento de WORKSHOP, ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS aos servidores da Câmara Municipal de Cáceres.

Parecer n° 140 - setor jurídico.

Origem: Setor de Compras da Câmara Municipal de Cáceres.

Destinatário: CMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Órgão: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES

Assunto: Análise jurídica dos autos do processo n.º 57/2024.

EMENTA: Inexigibilidade de Licitação. Contratação Direta. Participação em curso externo. Inexigibilidade de Licitação. Artigo Art. 74, III da Lei 14.133/2021. Curso de Capacitação. Legalidade.

Trata-se o presente parecer sobre consulta formulada, Setor de Compras da Câmara Municipal de Cáceres, acerca do processo de inexigibilidade n.º 57/2024, representada pelo seu Presidente, Sr. Luiz Laudo de Paz Landim, tendo como objeto a Contratação da empresa, fornecimento de WORKSHOP, cujo tema é ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS aos servidores da Câmara Municipal de Cáceres.

Importante salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Os autos, depois de percorrerem os caminhos necessários, vieram a esta Procuradoria, para atender ao disposto da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

É o brevíssimo relatório.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cumprе registrar preliminarmente que, a análise aqui empreendida circunscreve-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

DA CONTRATAÇÃO

Foi-nos solicitada à análise da presente inexigibilidade de licitação que tem por objeto Contratação da empresa, VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA CNPJ: 43.734.527/0001-52 aos servidores da Câmara Municipal de Cáceres sob o tema: WORKSHOP, ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS a ser celebrado nos dias 24 e 25 de outubro de 2024, Cuiabá/MT a ser celebrado presencialmente, de acordo com a Diretoria de Aquisições e Contratos, com fulcro no artigo no artigo 74, III, f da Lei nº 14.133/21 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, na qual permite a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao processo Licitatório,

proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

DA NATUREZA JURÍDICA DO PARECER JURÍDICO

De orientação obrigatória, mas de conclusão meramente opinativa, de modo que as orientações apresentadas não vinculam o gestor, que pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da emanada pela assessoria jurídica.

A responsabilidade sobre os atos do processo é de seu respectivo subscritor, restando à assessoria jurídica do órgão a análise da questão sob o prisma da juridicidade, tão somente.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS.

O pedido veio instruído com a assinatura dos referidos servidores, **bem como com:**

Foram juntados aos autos os seguintes documentos:

- - Solicitação de autorização pela interessada, **Danilo Antoniassi de Figueiredo** na data de 11/09/2024;
- Proposta da empresa : VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA que irá ministra o WORKSHOP, ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS;
- –Autorização, do Excelentíssimo Senhor Luiz Laudo Paz Landim, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, 12/09/2024;
- Balizamento de Preços;
- Termo de Referência do dia 13/09/2024;
- Termo de Escolha da Contratada;
- Termo de Justificativa do Preço;
- Previsão orçamentaria nos autos, R\$ 30.801,00 (trinta mil oitocentos e um reais);
- Certidões, conforme Súmula n.º 09 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

DA CONTRATAÇÃO DE CURSO CONFORME PRECONIZA A LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

A exigência de licitação decorre da necessidade de obtenção da melhor contratação, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração. Saliente-se, ademais, que o artigo 37, XXI da Constituição Federal, o processo licitatório segundo o art. 11 da Lei 14.133/2021, tem como finalidade:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. Parágrafo único.

A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o

intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Mesmo sendo obrigatório, a lei prevê a possibilidade de lei ordinária fixar hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória.

É importante esclarecer que, há situações em que a Administração recebe da Lei o comando para contratação direta; há outras em que a Administração recebe da lei autorização para deixar de licitar, se assim entender conveniente ao interesse social e sua urgência, desde que obedecidas as normas legais; há hipóteses em que a Administração defronta-se com a inviabilidade fática para licitar, anuindo à lei em que é inexigível fazê-lo; e há um caso em que à Administração é defeso licitar, por expressa vedação da Lei.

A Carta Magna prevê no âmbito da Administração Pública, além de obediência a princípios constitucionais como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em seu artigo 37, inciso XXI, contratação por intermédio de licitação pública, senão vejamos:

Artigo 37, XXI – “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública (...)”.

A exigência de licitação decorre da necessidade de obtenção da melhor contratação, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração. Saliente-se, ademais, que o artigo 37, XXI da Constituição Federal prevê a possibilidade de lei ordinária fixar hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória.

O entendimento se amplia pelo fato da Constituição deixar claro que pode haver casos “especificados em lei” que não obedeçam a essa norma Constitucional, verifica-se que embora o art. 2º, V da nova Lei de Licitação de nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prever que a **contratação de serviços técnicos-profissionais especializados de natureza predominante intelectual com empresas para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal por meio de licitação, existe a possibilidade da contratação deste tipo de serviço ser realizado por meio de inexigibilidade de licitação, conforme o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que acolhe a possibilidade de contratação por meio de inexigibilidade de licitação.**

Sendo assim, a nova Lei de Licitação de nº 14.133/2021 previu no Capítulo VIII os casos de Inexigibilidade e Dispensa, sendo o de inexigibilidade prevista no art. 74 e a dispensa no art. 75, que são as duas modalidades de contratação indireta. Ilustre jurista Jessé Torres Pereira Júnior (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da

Administração Pública, Renovar, 3ª Edição, pp. 172 e 173):

“O conceito de inexigibilidade de licitação cinde os intérpretes em duas respeitáveis vertentes: (a) a lei descreve hipóteses ilustrativas e admite que de outras, não previstas, possa decorrer a inviabilidade de competição, de forma a configurar a inexigibilidade; mas as hipóteses relacionadas na lei, pelo só fato de constarem da lei, caracterizam a inexigibilidade sempre que ocorrerem, independentemente de, no caso concreto, ser ou não viável a competição; (b) a lei descreve hipóteses que, além de ilustrativas, somente caracterizam a inexigibilidade se, no caso concreto, a competição for inviável; sendo viável, a licitação é de rigor, posto que o traço distintivo entre a exigibilidade e a inexigibilidade é a viabilidade de estabelecer-se, ou não, a disputa.”

Dando continuidade ao raciocínio, a licitação é sempre inexigível quando exista impossibilidade de competição entre os eventuais licitantes. Desse modo, a inexigibilidade de licitação não pressupõe necessariamente a existência de apenas uma pessoa ou empresa apta a contratar.

Assim a licitação é sempre inexigível quando exista a inviabilidade da competição. Nesse sentido, explica Marçal Justen Filho[1], que a inviabilidade de competição é uma consequência que tem diferentes causas que, por sua vez, consistem nas diversas hipóteses de ausência de

pressupostos necessários à licitação.

Sistematizando as possibilidades existentes, continua Marçal, há aquela denominada Ausência de alternativas, na qual existe uma única solução e um único particular em condições de executar a prestação, que é o caso em tela.

...a inviabilidade de competição ocorre em casos em que a necessidade estatal apresenta peculiaridades que escapam aos padrões de normalidade... Isso permite afirmar que a inviabilidade de competição é uma característica do universo extranormativo mas resultante da peculiaridade da necessidade a ser satisfeita pelo contrato administrativo. Essa circunstância permite compreender a expressão “objeto singular”, que consta do inc. II do art. 25. Embora conste apenas desse dispositivo, nada impede a generalização do conceito para todos os casos de inexigibilidade. Em todos os casos de inviabilidade de competição, há um objeto singular. A singularidade consiste na impossibilidade de encontrar o objeto que satisfaz o interesse sob tutela estatal dentro de um gênero padronizado, com uma categoria homogênea. Objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, para valer-se de categoria da Teoria Geral do Direito. São infungíveis os objetos que não podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade. Um objeto singular se caracteriza quando a sua identidade específica é relevante para a Administração Pública, sendo impossível sua substituição por “equivalentes”. Ocorre que a singularidade do objeto nada mais reflete senão a singularidade do próprio interesse estatal a ser atendido. Ou seja, um certo objeto não pode ser substituído por outro, para fins de contratação administrativa, por ser ele o único adequado a atender a necessidade estatal ou as necessidades coletivas.

No presente caso a Lei Federal nº 14.133/2021, trouxe a possibilidade de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, por meio de inexigibilidade de licitação, senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

1. f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

O artigo 6º da mesma Lei caracteriza o serviço técnico como aqueles realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

1. a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
2. b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
3. c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
4. d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
5. e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
6. f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

7. g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
8. h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;(grifo nosso)

Ora, a lei faz remissão ao artigo 6º onde estão mencionados vários desses serviços, como pareceres, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, **treinamento de pessoal** etc.

Neste sentido, estando incluído a contratação para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

O art. 74, III, § 3º da Lei 14.133/2021, caracteriza notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

- 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato. (grifo nosso)

Temos ainda:

Acórdão 1397/2022 Plenário (Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler) Licitação. Inexigibilidade de licitação. Serviço técnico especializado. Caracterização. Singularidade do objeto. Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, o conceito de singularidade não pode ser confundido com a ideia de unicidade, exclusividade, ineditismo ou raridade. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede a contratação direta amparada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. A inexigibilidade, amparada nesse dispositivo legal, decorre da impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento.

A notória especialização é pertinente às qualidades do profissional ou empresa a ser contratada, que deve demonstrar experiência, estudos aprofundados, trabalhos científicos, publicações, cursos de pós-graduação etc. É que os critérios objetivos, que demandariam a licitação, somente falecem diante de profissionais cuja experiência os singulariza, uma vez que já não é possível cotejá-los com a equidade que se requer em licitação pública.

O Ilustre Jacoby Fernandes apresenta que:

A reputação da notoriedade só precisa alcançar os profissionais que se dedicam a uma atividade, sendo absolutamente dispensável, ou impertinente, a fama comum, que a imprensa não especializada incentiva” (in ob. Cit. – pg. 316)

Nesse raciocínio, temos que **a notória especialização reside na formação dos professores/palestrantes**

em se tratando de contratação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Hely Lopes Meirelles define a notória especialização como uma:

“Característica daqueles profissionais que, além da habilitação técnica e profissional exigida para os profissionais em geral, foram além em sua formação, participando de cursos de especialização, pós-graduação, participação em congressos e seminários, possuindo obras técnicas (artigos e livros) publicadas, além de participação ativa e constante na vida acadêmica”.

A Orientação Normativa da AGU nº 18/2009 não discrepa desse entendimento, tendo constado de sua fundamentação:

“(…)

Ainda, define como sendo de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

O docente será Milton Mendes Botelho – Ciências Contábeis na Universidade Vale do Rio Doce, que tem o seguinte currículo, vejamos:

. 1. Ensino Fundamental: Escola Estadual Lina Lima ? Central de Minas 2. Ensino Médio: Escola Estadual José Januário Irmão (1985) ? Central de Minas 3. Formação Acadêmica/titulação: Ciências Contábeis na Universidade Vale do Rio Doce ? UNIVALE (Governador Valadares - MG - Conclusão 1999). Estudou Direito - Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce - FADIVALE 4. Formação complementar: Pós Graduado em Administração Pública Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo ? MG - 2001); Pós Graduado em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce ? FADIVALE ? Governador Valadares ? MG - 2005) Especialista em Processo e Técnicas Legislativas (Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM ? Rio de Janeiro ? RJ - 2006) Especialista em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Escola de Administração Fazendária - ESAF ? Brasília ? DF - 2008) 5. Atuação profissional: Contador Geral do Município de Central de Minas ? 1988 ? 1992 Contador Geral do Município de Alpercata ? MG ? 1993 - 1996 Sócio da Empresa Logus Assessoria e Consultoria Pública ? 1996 até dias atuais ? Governador Valadares - MG Escritor, Auditor, Palestrante na área de administração e Direito Público; Professor na Universidade Vale do Rio Doce ? UNIVALE (Gov. Valadares) ? 2000 a 2006); Professor de Pós Graduação na UNIPAC (Campus Aimorés ? MG 2013-2014) Professor de Pós Graduação na Escola ATAME (Cuiabá ? MT - 2011 - 2012); Professor da Escola de Governo Unipública Brasil (Curitiba ? PR); Instrutor e Facilitador de Cursos de Capacitação na Área Pública; Ex-Controlador Geral do Município de Ibatiba ? ES (2009-2011); Auditor Chefe dos Municípios de Itabirinha, Jampruca e Intambacuri ? MG; Controlador Geral do Município de Galiléia - MG; Diretor da Câmara Municipal de Alpercata - MG; Consultor Legislativo da Câmara Municipal de São Félix de Minas e São Geraldo da Piedade; Controlador Geral do Município de Galiléia ? MG (2017); Delegado do Conselho Regional de Contabilidade ? CRCMG ? 1994 ? 1996; Conselheiro do CRCMG (2010 ? 2015 / 2018 ? 2021). Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis; 6. Publicações: 1 Livro: Manual de Controle Interno - Teoria & Prática - Um Enfoque na Administração Pública Municipal - Editora Juruá - Curitiba - 2003; 2 Livro: Gestão Administrativa, Contábil e Financeira do Legislativo Municipal, 2ª Edição - Editora Juruá - Curitiba - PR - 2010; 3 Livro: Manual Prático de Controle Interno na Administração Pública Municipal, 3ª Edição Editora Juruá - Curitiba - 2014; 4 Livro: Patrimônio na Administração Pública Municipal, 2ª Edição - Revista e Atualizada, editora Juruá - Curitiba - PR - 2015; 5 Cartilha Institucional do Poder Legislativo de Alpercata - 2016 - 1ª Edição ? Governador Valadares.. 6 Cartilha Institucional do Poder Legislativo de Itabirinha - 2017 - 1ª Edição ? Governador Valadares. 7 Livro: Controle Interno nas Compras e Licitações, 1ª Edição ?

Em síntese do exposto até aqui, para fundamentar a contratação de cursos nas hipóteses da inexigibilidade (art. 74, III, f, da Lei 14.133/2021) temos os seguintes requisitos:

- 1) A caracterização de que o serviço a ser contratado pertence ao gênero “serviços técnicos profissionais especializados”
- 2) A caracterização da notória especialização dos profissionais ou da empresa a ser contratada;
- 3) O serviço a ser contratado não pode ser de publicidade ou de divulgação;
- 4) O serviço deve ser para treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal;
- 5) Comprovação da essencialidade do serviço e reconhecimento adequado a satisfação do objeto contratado.

Os itens 1 e 2 e 4 estão devidamente atendidos pela natureza do serviço que se pretende contratar e que se encontra exposto no Termo de Referência/Projeto Básico, ainda está presente a proposta de **fornecimento de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com oferta do WORKSHOP, ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS**, bem como o item 5, a comprovação da essencialidade do serviço e reconhecimento adequado a satisfação do objeto contratado está presente no **TERMO DE JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA CONTRATADA**.

No que se refere ao item 3, verifica-se que não se trata de serviço de publicidade ou de divulgação.

DA DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Deverá constar no referido processo todos os elementos que a nova lei de licitação nº 14.133/2021, exige para os casos de inexigibilidade de licitação, respeitando assim os requisitos básicos para cumprir com os critérios da inexigibilidade, e, também o preço referência estabelecido no Plano de Trabalho.

Os documentos necessários para contratação com o poder público, via de regra, são os mesmos, sendo que no presente caso são necessários outros com a finalidade de justificar a necessidade e comprovar o interesse público da inexigibilidade da licitação.

Os documentos necessários que devem instruir o processo de licitação, estão previstos no art. 72 da Lei 14.133/2021, vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; ok

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; ok

III- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV- demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; ok

V- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; ok

VI- razão da escolha do contratado; ok

VII- justificativa de preço; ok

ESTIMATIVA DE DESPESA E JUSTIFICATIVA DE PREÇO, QUE DEVERÁ SER CALCULADA NA FORMA ESTABELECIDADA NO ART. 23 DESTA LEI

No atinente à pesquisa de mercado, necessária, também nos casos de contratação direta (vide art. 75 da Lei nº 8.666/93), o TCU determinou que se procedesse, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, consubstanciando a pesquisa no mercado em, pelo menos, três orçamentos de fornecedores distintos, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (Acórdão n. 1945/2006 - Plenário)

O preço de referência para a estimativa do valor da aquisição deve ser apurado pela Administração para averiguar o verdadeiro preço de mercado do objeto da futura contratação (cotação de preços).

Essa estimativa do valor é importante por duas razões:

1. a) serve de parâmetro para escolha da modalidade de licitação, salvo nos casos em que a definição da modalidade independe do valor estimado do contrato.
2. b) serve de parâmetro para a desclassificação das propostas que serão apresentadas pelos licitantes.

A administração, antes de qualquer contratação, deverá conhecer o total da despesa que, por estimativa, será necessário despender com o objeto contrato. Para tanto, é adequado que a pesquisa seja a mais ampla possível, envolvendo orçamentos praticados por diferentes fornecedores, exame de valores em outras contratações do Poder Público com objeto semelhante, preços constantes em SRP, dentro de outros meios. Nesse ponto, cumpre citar orientações do Acórdão TCU nº 2.170/2007 – Plenário

“A aferição de preços nas aquisições e contratações de produtos e serviços de tecnologia da informação, no âmbito da Administração Pública federal, na fase de estimativa de preços, no momento de adjudicação do objeto do certame licitatório na contratação e alterações posteriores, deve se basear em valores aceitáveis, que se encontrem dentro da faixa usualmente praticada pelo mercado em determinada época, obtida por meio de pesquisa a partir de fontes diversas, como orçamentos de fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos – inclusos aqueles constantes no Compras net -, valores registrados em atas de Sistema de Registro de Preços, entre outras, a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública. 2. Preço aceitável, a ser considerado na faixa de preços referida no item precedente, é aquele que não representa claro viés em relação ao contexto do mercado, ou seja, abaixo do limite inferior ou acima do maior valor constante da faixa identificada para o produto ou serviço. 3. A utilização de fontes que não sejam capazes de representar o mercado de tecnologia da informação para produtos com certa complexidade ou serviços fornecidos para o setor público – como ites na Internet, inclusive internacionais - pode servir apenas como mero indicativo de preço, sem que sirvam os valores encontrados, por si sós, para caracterização de sobre preço ou superfaturamento. 4. Os critérios apontados nos itens precedentes devem balizar, também, a atuação dos órgãos de controle, ao ser imputado sobre preço ou superfaturamento nas aquisições e contratações relacionadas à área de tecnologia de informação.”

A demonstração da formação do preço de referência, portanto, não pode levar em consideração apenas orçamentos privados, devendo constar na pesquisa de preços os valores praticados em outros contratos celebrados com a Administração Pública municipal, estadual ou federal.

Do mesmo modo, o mapa comparativo não pode se ater apenas às pesquisas de valores

praticados em contratos administrativos, de modo que a suficiente demonstração de que os valores têm correlação com o valor de mercado dos bens ou serviços impõe a conjugação da análise de preços públicos e privados, na esteira do entendimento do Tribunal de Contas da União.

A necessidade de demonstração da ampla pesquisa para verificação do preço de mercado obrigatoriamente deve contar nos autos, pois é a única forma de se documentar que houve preocupação com a economicidade da contratação e a busca pela proposta mais vantajosa, princípio fundamental da licitação, previsto no art. 6º, XXII, I da Lei nº 14.133/2021.

Em relação ao preço veja este entendimento colhido da Consolidação de Entendimentos Técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

Resolução de Consulta nº 41/2010 (DOE, 07/J6/1010). Licitação. Dispensa e inexigibilidade. Necessidade de justificação do preço contratado. Formas de balizamento de preços.

1. Nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação deve-se justificar o preço, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993. Nos processos de dispensa de licitação que seguirem as diretrizes do art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, e demais incisos quando couber, devem apresentar pesquisa de preços - com no mínimo 03 (três) propostas válidas - para justificar a compatibilidade do preço oferecido pelo fornecedor com o vigente no mercado.
2. O balizamento deve ser efetuado pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, no mercado, no fixado por órgão oficial competente, ou, ainda, por aqueles constantes do sistema de registro de preços.

No parecer que deu origem a este entendimento consta da fundamentação a seguinte orientação normativa n. 17, de 1º de abril de 2009 da Advocacia Geral da União – AGU:

É OBRIGATÓRIA A JUSTIFICATIVA DE PREÇO NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER REALIZADA MEDIANTE A COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ORGÃOS PÚBLICOS OU PESSOAS PRIVADAS.

INDEXAÇÃO: INEXIGIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DIRETA. JUSTIFICATIVA DE PREÇO. PROPOSTA. CONTRATADA.

REFERÊNCIA: art. 26, parágrafo único, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993; Despacho do Consultor-Geral da União nº 343/2007; Informativo NAJ/RJ, ANO 1, Nº 1, jun/07, Orientação 05; Decisão TCU 439/2003-Plenário, Acórdãos TCU 540/2003-Plenário, 819/2005-Plenário, 1.357/2005-Plenário, 1.796/2007- Plenário.

Essa advocacia alerta que, com arrimo na sedimentada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que é de rigor proceder-se à referida formalidade, a fim de se demonstrar **a vantajosidade advinda à Administração**, além dos demais procedimentos aplicáveis à espécie, a saber.

O art. 23 da Lei 14.133/2021 dispõe sobre a estimativa de preço para contratação:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

- 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
- - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no

painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

- - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

- 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Diante do que foi demonstrando nos autos está presente, apresentando cotação no valor unitário de R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais) para 5 vagas.

DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDA

As despesas decorrentes do serviço a ser contratado correrão às expensas dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Cáceres, conforme dotação orçamentária: Saldo Orçamentário: 01 PODER LEGISLATIVO 01 CMARA MUNICIPAL 01.031.1001.2002.0000 3.3.90.00.00, 1) R\$ 30.801,00 (trinta mil oitocentos e um reais);

DA COMPROVAÇÃO DE QUE O EVENTUAL CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

Verifico que a empresa que prestará o VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA CNPJ: 43.734.527/0001-52, apresentou nos autos os seguintes documentos e certidões para sua contratação.

- Certidão positiva com efeitos negativos de débito com a União Federal, ok;
- Certidão negativas de débitos com o governo de Mato Grosso, ok;
- Certidão de débitos com efeito de negativos com a Prefeitura de Cuiabá, ok;
- Certidão de Regularidade com a Justiça do Trabalho, ok;
- Certidão de Negativa de Débito com o FGTS, ok.

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Advocacia, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação da empresa : VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA CNPJ: 43.734.527/0001-52, que irá ministrar o WORKSHOP, ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS aos servidores da Câmara Municipal de Cáceres, com

disponibilidade de 5 (cinco) vagas, já que atende a necessidade do Poder Legislativo, estando de acordo os requisitos do art. 74, III da Lei 14.133/2021, ficando assim **APROVADO** a Inexigibilidade de licitação n° 57/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Cáceres, MT, 16 de setembro de 2024.

NICOLAS MURTINHO RAMOS

Advogado da Câmara Municipal

OAB – MT n° 19.005/O

[1] Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14ª edição. São Paulo: Dialética, 2010. p. 356-359.

–

Nicolas Murtinho Ramos

Procurador Jurídico

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Nicolas Murtinho Ramos	16/09/2024 13:56:55	1Doc NICOLAS MURTINHO RAMOS CPF 029.XXX.XXX-79

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmccaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **6D91-4CB3-AD75-04D4**

De: Viviane P. - DCOMP

Para: CI - CONTROLADORIA INTERNA

Data: 17/09/2024 às 08:29:20

Prezado,

Encaminhado para emissão de parecer.

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

De: Ana S. - DCOMP

Para: CI - CONTROLADORIA INTERNA

Data: 17/09/2024 às 08:32:35

Prezado,

Encaminho processo para emissão de parecer.

Atenciosamente,

—

Ana Maria Pereira de Souza

Técnico Administrativo

De: Danilo F. - CI

Para: DCOMP - DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Data: 17/09/2024 às 11:39:57

Segue em anexo parecer

Att,

—

Danilo Antoniassi de Figueiredo

Técnico Administrativo

Anexos:

parecer_n_071_Curso_de_Capacitacao_Encerramento_de_Mandato_e_Transicao_de_Governo_2_.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Danilo Antonassi de Figuei...	17/09/2024 11:40:36	1Doc	DANILO ANTONASSI DE FIGUEIREDO CPF 058.XXX.X...
Lucas Pinheiro Sposito	17/09/2024 13:56:55	1Doc	LUCAS PINHEIRO SPOSITO CPF 013.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **71ED-9E76-4B1E-95FD**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Parecer nº 071/2024 – Unidade de Controle Interno

Modalidade: Conformidade

Referência: Processo Administrativo Contratação Direta nº 057/2024

Assunto: Curso de Capacitação.

Objetivo: Verificar se o processo de inexigibilidade atende as exigências legais e orientações jurídicas desta Casa de Leis

Interessado (a): Câmara Municipal de Cáceres

RELATÓRIO:

Vem ao exame deste Controlador da Câmara Municipal de Cáceres, os autos de serviço de capacitação de pessoal, **“Contratação de serviços para oferta de 05 (cinco) vagas de capacitação externa, visando à inscrição dos servidores mobilizados da Câmara Municipal de Cáceres, no curso presencial: Encerramento de mandato e transição de governo, diretrizes e boas práticas, com carga horária de 16h”**.

Apontamos que a contratação foi fundamentada no Art. 74, III da Lei 14.133/2021, logo inexigibilidade de licitação, conforme orientação jurídica presente nos autos.

Cabe ressaltar que o parecer jurídico atestou pela legalidade do processo portanto esta controladoria se pautará em realizar a conformidade e cumprimento das exigências do Departamento Jurídico.

Este é o Relatório. Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO:

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, a lei 2.454 de 23 de outubro de 2014 estabelece em seu art. 15, II



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

ao Controle Interno, dentre outras competências, “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo”.

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

DA CONFORMIDADE

Segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17000:2005, a Avaliação da Conformidade é a *“demonstração de que requisitos especificados relativos a um produto, processo, sistema, pessoa ou organismo são atendidos”*.

Logo subentende-se que qualquer avaliação feita para verificar se um objeto atende a requisitos pré-estabelecidos encaixa-se neste conceito.

Entretanto, há que se distinguir a avaliação da conformidade feita pontualmente, daquela feita sistematicamente, que é o campo da avaliação da conformidade que nos interessa abordar.

Neste sentido, para fins didáticos, cabe introduzir um conceito de avaliação da conformidade que não é o apresentado na NBR ISO/IEC 17000:20005, mas tem significado semelhante, além de permitir uma análise mais crítica do contexto em que a atividade é exercida no Brasil.

“A Avaliação da Conformidade é um processo sistematizado, com regras pré-estabelecidas, devidamente acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos por normas ou regulamentos, com o menor custo possível para a sociedade”.



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Este conceito preconiza a ideia de tratamento sistêmico, pré-estabelecimento de regras e, como em todo sistema, acompanhamento e avaliação dos seus resultados.

Existem ainda duas outras definições para avaliação da conformidade, todas com o mesmo significado:

a) Segundo a ABNT ISO/IEC Guia 2, a Avaliação da Conformidade é um “*exame sistemático do grau de atendimento por parte de um produto, processo ou serviço a requisitos especificados*”;

b) Na visão da Organização Mundial do Comércio – OMC, a Avaliação da Conformidade é “*qualquer atividade com objetivo de determinar, direta ou indiretamente, o atendimento a requisitos aplicáveis*”.

Para concluir a Avaliação da Conformidade, que será feita nestes autos tem o objetivo de assegurar a administração pública que o processo está de acordo com as normas ou regulamentos previamente estabelecidos.

INEXIGIBILIDADE PELO ART. 74, III, DA LEI Nº 14.133/2021

Perguntas	Sim	Não	Fls.
1) documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo? (art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)	X	-	02 – 04
2) parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos? (art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)	X	-	76 – 86
3) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido? (art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)	X	-	70
4) Demonstração do enquadramento do serviço dentre os listados pelo art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 (serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual) com documentos que comprovem a notória especialização do executor (art. 74, §3º, da Lei nº 14.133/2021)?	X	-	41 – 42 77 – 82
5) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária? (art. 72, inciso V, da Lei nº 14.133/2021)	X	-	53 – 60
6) razão da escolha do contratado? (art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021)	X	-	67



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

7) Documentos comprobatórios da razoabilidade do preço contratual, mediante comparativo com outras contratações celebradas pelo próprio prestador, com base em notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de 1 (um) ano antes da contratação com a Administração? (art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021)	X		63 – 65
8) autorização da autoridade competente? (art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021)	X	-	72 – 73
10) estudo técnico preliminar e análise de riscos? (art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)	NA	-	-
11) termo de referência, projeto básico ou projeto executivo? (art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)	X	-	38 – 50

CONCLUSÃO

O presente trabalho referiu-se à realização de Parecer de Conformidade na contratação de serviço de capacitação de pessoal, **“Contratação de serviços para oferta de 05 (cinco) vagas de capacitação externa, visando à inscrição dos servidores mobilizados da Câmara Municipal de Cáceres, no curso presencial: Encerramento de mandato e transição de governo, diretrizes e boas práticas, com carga horária de 16h”**, carga horária de 16 horas, pelo processo de inexigibilidade para a Câmara Municipal de Cáceres norteada pelo Art. 74, III, da Lei 14.133/2021 (e demais apontamentos do Departamento Jurídico).

É o parecer.

Cáceres-MT, 17 de setembro de 2024.

DANILO ANTONIASSI DE FIGUEIREDO
Técnico Administrativo

Visto por:

LUCAS PINHEIRO SPOSITO
Controlador Interno

De: Viviane P. - DCOMP

Para: PRESIDENTE - GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Data: 18/09/2024 às 09:01:30

Senhor Presidente,

Encaminho Ato de Homologação para assinatura.

Atenciosamente,

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

Anexos:

Ato_de_Homologacao.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Luiz Laudo Paz Landim	18/09/2024 10:07:45	1Doc	LUIZ LAUDO PAZ LANDIM CPF 486.XXX.XXX-87

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **ACF2-B484-8CF5-2EAC**



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 052/2024**

Referente ao **Processo de Contratação Direta – Inexigibilidade nº 023/2024** que visa a contratação da empresa VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.734.527/0001-52, que oferecerá o “**SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - WORKSHOP ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H**”, ministrado na modalidade presencial, para servidores requisitantes da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Com fundamento no processo, o qual foi apreciado pela Procuradoria Jurídica e Controladoria Interna deste Poder Legislativo, **ADJUDICO E HOMOLOGADO** o processo em epígrafe, tendo como vencedora e os valores:

CONTRATADA	ITEM	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001-52	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - WORKSHOP ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.	R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais)

Cáceres - MT, 18 de setembro de 2024

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM
Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

De: Viviane P. - DCOMP

Para: GR-PDO - Publicação Diário Oficial

Data: 18/09/2024 às 10:10:13

Prezados,

Encaminho ato de homologação do presente processo para publicação no Diário Oficial.

Atenciosamente,

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

Anexos:

Ato_de_Homologacao.rtf

De: Valdira O. - GR-PDO

Para: SAC - SECRETARIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Data: 18/09/2024 às 10:28:07

Publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso - AMM, que entrará em circulação no dia 19/09/2024.

—
Valdira Carvalho de Oliveira
Técnico Administrativo

De: Valdira O. - GR-PDO

Para: SAC - SECRETARIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Data: 19/09/2024 às 08:21:42

Prezados,

Segue em anexo a publicação do Ato de Homologação do presente processo.

Atenciosamente,

—

Valdira Carvalho de Oliveira

Técnico Administrativo

Anexos:

ATO_DE_HOMOLOGACAO_INEXIGIBILIDADE_N_023_2024.pdf

LEONARDO TADEU BORTOLIN

Presidente da AMM

**JORNAL OFICIAL
PORTARIA N° 043/2024****LEONARDO TADEU BORTOLIN, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM, no uso de suas atribuições legais.****CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais Contratuais são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a Contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.**Artigo 1° - DESIGNAR** a colaboradora LISIBETE MARQUES SANTIAGO e a suplente WALDNA FRAGA SILVA, como fiscais do CONTRATO 008/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS E A EMPRESA **FISCALDATA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, com sede na Rua Prof. Emilio Meyer N° 76 – Vila Conceição CEP: 91.920-740, Porto Alegre- RS, inscrita no CNPJ: 11.475.125/0001-94, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de dados financeiro e fiscais e demográficos dos municípios de Mato-grosso, além do suporte via telefone ou presencial fornecimento de dados como envio quinzenal de “clipping” com a pauta do

Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) com os projetos de lei que são de interesse dos municípios,

Artigo 2° Determinar que o fiscal ora designado, venha a:**I** – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassem a sua competência, nos termos da lei;**II** – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do contrato;**III** – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;**IV** – Emitir relatório;**Artigo 3°** Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Cuiabá-MT, 17 de setembro de 2024.

LEONARDO TADEU BORTOLIN

Presidente da AMM

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA N° 176/2024***“Dispõe sobre a Evolução Funcional do servidor MARIO CESAR VIEGAS MUNÍZ, da Câmara Municipal de Cáceres-MT e dá outras providências.”***O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.**Considerando** o que consta no Processo submetido ao Ofício Interno 1Doc n°. 4.274/2024, de 16 de setembro de 2024, desta Casa Legislativa Municipal.**R E S O L V E:****Art. 1°** Conceder ao servidor de Cargo de Provimento Efetivo da Câmara de Vereadores do Município de Cáceres-MT., relacionado abaixo, **EVOLUÇÃO FUNCIONAL** na carreira, obedecendo aos critérios de Progressão horizontal e vertical para cada Classe e Nível nos termos da Lei Complementar n° 120 de 21 de dezembro de 2017, a partir do dia 16 de setembro de 2024, respeitando para fins financeiros o início do processo e o cumprimento do interstício previsto em lei:

Nome	Matrícula	Cargo Efetivo	Admissão	Classe/Nível Atual	Classe/Nível Destino
MARIO CESAR VIEGAS MUNÍZ	151-2	Auxiliar de Serviços Gerais	02/01/2003	B – 11	C – 11

Art. 2° Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 18 de setembro de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA****INEXIGIBILIDADE N° 023/2024****PROCESSO LICITATÓRIO 052/2024**Referente ao **Processo de Contratação Direta – Inexigibilidade n° 023/2024** que visa a contratação da empresa VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 43.734.527/0001-52, que oferecerá o **“SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - WORKSHOP ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H”**, ministrado na

modalidade presencial, para servidores requisitantes da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Com fundamento no processo, o qual foi apreciado pela Procuradoria Jurídica e Controladoria Interna deste Poder Legislativo, **ADJUDICO E HOMOLOGADO** o processo em epígrafe, tendo como vencedora e os valores:

CONTRATADA	ITEM	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ n° 43.734.527/0001-52	SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - WORKSHOP ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.	R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais)

Cáceres - MT, 18 de setembro de 2024

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE

**CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023**

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de serviços de elaboração de projeto de reforma da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste, incluindo Projeto Básico com detalhamento técnico para execução da reforma, memória de cálculo dos quantitativos, planilha orçamentária, cronograma físico/financeiro, memorial descritivo RRT e/ou ART. Com fiscalização das obras e auxílio para alimentação do sistema Geo-Obras do TCE/MT

OBJETO DO TERMO ADITIVO: PRORROGAÇÃO de prazo de vigência do contrato.

NOVO PRAZO: 01/09/2024 até 30/12/2024

BASE LEGAL: Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT – CNPJ: 04.219.415/0001-01.

CONTRATADA: SIGMA ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 29.859.676/0001-17.

DATA DE ASSINATURA: 29 de agosto de 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 001/2024**

A Câmara Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.blcompras.org.br, o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL E GÁS P13 EM ATENDIMENTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT", aonde se consagrou vencedor o Licitante: Ideal Transporte e Investimentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 28.392.444/0001-39, com valor total de R\$ 20.045,40. Matupá/MT, 18 de setembro de 2024. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

**CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 043/2024.**

PORTARIA Nº 043/2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **ITAMAR LOURENÇO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a **DENNER EMANUELL DA SILVA LOBO**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 20 (vinte) dias de férias regulamentares referentes ao período 2021/2022, a partir de 11 de outubro de 2024, e conversão em espécie de 10 (dez) dias da referida férias em abono pecuniária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA/PUBLICADA/CUMPRADA-SE.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 17 de setembro de 2024.

Vereador Itamar Lourenço da Silva

Presidente

Vereador Sérgio Paula Assunção

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

**CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO Nº 26/2024**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 26/2024

A Senhora Sonia Borges de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, tendo em vista os Pareceres da Comissão e Jurídico e Controle Interno, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

HOMOLOGAR, com fundamento nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, o procedimento licitatório, na modalidade Dispensa Licitação nº 26/2024, a favor da empresa: POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA – ME estabelecida na Rua Ceara, nº432, Bairro CPA II Morada da Serra, na cidade de Cuiabá - MT - Mato Grosso inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.929.416/0001-48, para Prestação de Serviços de: Assessoria Técnica Especializada para áreas de Administração e Finanças Contábil e Patrimonial Assessoria nos Envios das Cargas do Aplic Eventos do EFD- Renif e E-Social e Saldo Contábeis – MSC e do REIF, com o valor global de R\$ 47.760,00 (Quarenta e sete mil setecentos sessenta reais), por estar em conformidade com a legislação própria de rege a matéria.

Registrado e Publicado, por afixação em lugar Público de costume da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, na data supra.

Poxoréu (MT), 18 de setembro de 2024

Sonia Borges de Moraes

Presidente

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 26/2024

A Senhora Sonia Borges de Moraes, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, tendo em vista os Pareceres da Comissão e Jurídico e Controle Interno, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

ADJUDICAR, com fundamento nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, o procedimento licitatório, na modalidade Dispensa Licitação nº 26/2024, a favor da empresa: POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA – ME estabelecida na Rua Ceara, nº432, Bairro CPA II Morada da Serra, na cidade de Cuiabá - MT - Mato Grosso inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.929.416/0001-48, para Prestação de Serviços de: Assessoria Técnica Especializada para áreas de Administração e Finanças Contábil e Patrimonial Assessoria nos Envios das Cargas do Aplic Eventos do EFD- Renif e E-Social e Saldo Contábeis – MSC e do REIF, com o valor global de R\$ 47.760,00 (Quarenta e sete mil setecentos sessenta reais), por estar em conformidade com a legislação própria de rege a matéria.

Registrado e Publicado, por afixação em lugar Público de costume da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, na data supra.

Poxoréu (MT), 18 de setembro de 2024

Sonia Borges de Moraes

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 18 DE SETEMBRO 2024

LEIA-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO Nº. 001/2024

De: Viviane P. - DCOMP

Para: SCONF - SECRETARIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Data: 19/09/2024 às 09:02:25

Prezados,

Segue pedido de empenho para andamento no processo.

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

Anexos:

PE_230_CURSO_ENCERRAMENTO_DE_MANDATO.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Valdinei Cebalho de Souza	19/09/2024 09:06:46	1Doc	VALDINEI CEBALHO DE SOUZA CPF 006.XXX.XXX-61
Luiz Laudo Paz Landim	19/09/2024 09:24:49	1Doc	LUIZ LAUDO PAZ LANDIM CPF 486.XXX.XXX-87

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **1A13-73EA-3472-A3AB**



Pedido de Empenho

Pedido	Data Emissão	Nº Solicitação	Responsável	Digitador
00230/24	19/09/2024	00282/24	LUCAS PINHEIRO SPOSITO	Viviane Cristina Mati

Poder	PODER LEGISLATIVO
Órgão	CÂMARA MUNICIPAL
Unidade / Setor	CAMARA MUNICIPAL DE CACERES
Cond. Pagamento	

Centro de Custo	CONTROLADORIA INTERNA
-----------------	-----------------------

Ficha	8	Valor	8.750,00
010101		CÂMARA MUNICIPAL	
3.3.90.39.48.00		SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	
01.031.1001.2002.0000		CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL	

Observação

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000053/24 - Ano Mod.: 2024 - Modalidade: INEXIGIBILIDADE - Nº Mod.: 23 - Mod. Fomatada: 23 - CURSO DE CAPACITAÇÃO - Encerramento de mandato e transição de governo

Fornecedor	VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA	COD:	3012
Endereço:	R BARAO DE MELGACO	Nº:	3988
	CUIABA	CNPJ:	43.734.527/0001-52

Cod Prod	Discr.	Marca	Unid	Quant	\$ Unit	Centro de Custo	Valor
008.811.789	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL		UN	5	1.750,00	CONTROLADORIA INTERNA	
			Obs.:				

Total Pedido
8.750,00

PRESIDENTE

DIRETOR SALCP

De: Claudia D. - SCONF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 23/09/2024 às 12:57:58

Prezados,

Segue o empenho solicitado.

—

Claudia de Moraes Yoshida Dalbem

Contadora

Anexos:

EMPENHO_745_VANESSA_CARLI_TREINAMENTOS_LTDA.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Claudia de Moraes Yoshida ...	23/09/2024 12:58:07	1Doc	CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM CPF 289.XXX...
Luiz Laudo Paz Landim	23/09/2024 13:19:24	1Doc	LUIZ LAUDO PAZ LANDIM CPF 486.XXX.XXX-87

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmccaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **9871-F5BA-135D-E891**



CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

CAMARA MUNICIPAL DE CACERES
03.960.333/0001-50

NOTA DE EMPENHO

745

NOTA DE EMPENHO Nº 745	FICHA: 8	DATA: 23/09/2024	PEDIDO Nº: 00230/24
-------------------------------	----------	------------------	---------------------

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE	0023/24	DOCUMENTO:	VENCIMENTO:
----------------------------	---------	------------	-------------

NOME: VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA	43.734.527/0001-52	CÓDIGO: 3012
ENDEREÇO: R BARAO DE MELGACO	CUIABA	

Fonte de Recurso	DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	VALOR TOTAL
1 Recursos Livres (Não Vinculados)	Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000053/24 - Ano Mod.: 2024 - Modalidade: INEXIGIBILIDADE - Nº Mod.: 23 - Mod. Formatada: 23 - CURSO DE CAPACITAÇÃO - Encerramento de mandato e transição de governo	Liquido 8.750,00 Desconto 0,00
1 Recursos do Exercício Corrente		
500 Recursos não Vinculados de Imposto		
110 Geral		
000 Geral		

OR - Ordinario	SOMA	8.750,00
----------------	-------------	-----------------

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA
01 01 01 01 3.3.90.39.48 01.031.1001.2002.0000	PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL

DOTAÇÃO	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DESTES EMPENHO	SALDO ATUAL
95.000,00	64.199,00	8.750,00	22.051,00

VALOR A SER PAGO R\$	8.750,00
oito mil, setecentos e cinquenta reais ***** *****	

DESCONTOS	
TOTAL DE DESCONTOS	0,00

A DESPESA REFERENTE A ESTE EMPENHO, FOI DEVIDAMENTE PROCESSADA, ENCONTRANDO-SE EM ORDEM PARA PAGAMENTO.

EMPENHO AUTORIZADO EM 23/09/2024 ORDEM DE PAGAMENTO. PAGUE-SE:

CONTABILIZADO _____ CLAUDIA M. YOSHIDA DALBEM CONTADORA	_____ LUIZ LAUDO PAZ LANDIM PRESIDENTE
--	--

De: Viviane P. - DCOMP

Para: GR-PDO - Publicação Diário Oficial

Data: 24/09/2024 às 09:19:34

Prezados,

Encaminho extrato de contrato NE 745/2024 para publicação no Diário Oficial.

Solicito que seja publicada a portaria nomeando o fiscal e suplente do contrato NE 745/2024 :

Fiscal: Claudia de Moraes Yoshida Dalbem

Suplente: Danilo Antoniassi de Figueiredo

Atenciosamente

—

Viviane Cristina Matias Pereira

Técnico administrativo

De: Viviane P. - DCOMP

Para: GR-PDO - Publicação Diário Oficial

Data: 24/09/2024 às 09:24:57

—
Viviane Cristina Matias Pereira
Técnico administrativo

Anexos:

Extrato_do_Contrato.odt

De: Valdira O. - GR-PDO

Para: PRESIDENTE - GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Data: 24/09/2024 às 10:25:25

Excelentíssimo Senhor Presidente, venho através deste, solicitar vossa assinatura na Portaria nº 179/2024, em anexo, que:

“Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.”

Atenciosamente,

—

Valdira Carvalho de Oliveira

Técnico Administrativo

Anexos:

PORTARIA_N_179_2024_Fiscal_Suplente_Cladia_Danilo_2_.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Luiz Laudo Paz Landim	24/09/2024 10:30:12	1Doc LUIZ LAUDO PAZ LANDIM CPF 486.XXX.XXX-87

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **19C1-A2E7-00B4-8F54**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

PORTARIA Nº 179/2024

“Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 057/2024, de 12 de setembro de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14.133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM		
SUPLENTE:	DANILO ANTONIASSI DE FIGUEIREDO		
CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
NE Nº 745/2024	VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001- 52.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 05 (CINCO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.	25/10/2024



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

§ 1º Os servidores acima designados deverão zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 24 de setembro de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM
Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

De: Valdira O. - GR-PDO

Para: SAC - SECRETARIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Data: 25/09/2024 às 08:38:30

Prezados,

Encaminho em anexo a publicação do CONTRATO NE 745/2024, juntamente com as vias assinada e publicada da Portaria nº 179/2024, do presente processo.

Atenciosamente,

—

Valdira Carvalho de Oliveira

Técnico Administrativo

Anexos:

CONTRATO_N_NE_745_2024.pdf

PORTARIA_N_179_2024_Fiscal_Suplente_Cladia_Danilo.pdf

PORTARIA_N_179_2024_Fiscal_Suplente_Cladia_Danilo_2_.pdf

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2024**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2024

Objeto: Aquisição de notebook visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Alto Garças-MT.

Recebimento de eventuais propostas até:Data: **01/10/2024**Local: **Câmara Municipal de Alto Garças**Horário: **23:59 horas**Modalidade: **Dispensa de Licitação por menor preço global.**Valor Total Estimado Da Compra: **R\$ 56.715,00**

O agente de contratação, da Câmara Municipal de Alto Garças no exercício das atribuições que lhe confere, a Portaria nº. 011/2024, comunica aos interessados, que realizará a Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação por menor preço global nº. 011/2024, acima descrita.

Conforme Art. 75 § 3º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, faz saber que eventuais interessados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para envio de sua proposta, preferencialmente via e-mail: licitacao@altogarcas.mt.leg.br, sendo selecionada a mais vantajosa.

Para maiores informações ou solicitação do Termo de Referência poderão ser obtidas junto ao Agente de contratação, através do telefone (66) 3471 1101, pelo email: licitacao@altogarcas.mt.leg.br ou na sala de Licitação na sede da Câmara Municipal de Alto Garças, situada à Av. Sete de Setembro nº. 380, Centro, das 12:00h às 17:00h.

Alto Garças – MT, 24 de setembro de 2024.

Clara Regina Schirmer

Chefe de Departamento de Administração, Orçamento e Finanças

De acordo:

Moisés Barbosa de Queiroz Gustavo F. N. Baldo

Assessor Jurídico Agente de Contratação

OAB-MT 11759

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 179/2024**

“Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.”

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 057/2024, de 12 de setembro de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14.133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM		
SUPLENTE:	DANILO ANTONIASSI DE FIGUEIREDO		
CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
NE Nº 745/2024	VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001-52.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 05 (CINCO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.	25/10/2024

§ 1º Os servidores acima designados deverão zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 24 de setembro de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM*Presidente da Câmara Municipal de Cáceres***CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO - 2024****CONTRATO Nº NE 745/2024****CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT**CONTRATADA:** VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001-52 .**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 05 (CINCO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.**VALOR CONTRATADO:** R\$ 8.750,00 (OITO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)**INÍCIO:** 23/09/2024 **TÉRMINO:** 25/10/2024**LOCAL E DATA DE ASSINATURA:** CÁCERES-MT, 24 DE SETEMBRO DE 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

PORTARIA Nº 179/2024

“Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 057/2024, de 12 de setembro de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14.133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM		
SUPLENTE:	DANILO ANTONIASSI DE FIGUEIREDO		
CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
NE Nº 745/2024	VANESSA CARLI TREINA- MENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001- 52.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 05 (CINCO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.	25/10/2024





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

§ 1º Os servidores acima designados deverão zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 24 de setembro de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM
Presidente da Câmara Municipal de Cáceres





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 19C1-A2E7-00B4-8F54

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUIZ LAUDO PAZ LANDIM (CPF 486.XXX.XXX-87) em 24/09/2024 10:30:10 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/19C1-A2E7-00B4-8F54>

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2024**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2024

Objeto: Aquisição de notebook visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Alto Garças-MT.

Recebimento de eventuais propostas até:Data: **01/10/2024**Local: **Câmara Municipal de Alto Garças**Horário: **23:59 horas**Modalidade: **Dispensa de Licitação por menor preço global.**Valor Total Estimado Da Compra: **R\$ 56.715,00**

O agente de contratação, da Câmara Municipal de Alto Garças no exercício das atribuições que lhe confere, a Portaria nº. 011/2024, comunica aos interessados, que realizará a Licitação na modalidade de Dispensa de Licitação por menor preço global nº. 011/2024, acima descrita.

Conforme Art. 75 § 3º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, faz saber que eventuais interessados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para envio de sua proposta, preferencialmente via e-mail: licitacao@altogarcas.mt.leg.br, sendo selecionada a mais vantajosa.

Para maiores informações ou solicitação do Termo de Referência poderão ser obtidas junto ao Agente de contratação, através do telefone (66) 3471 1101, pelo email: licitacao@altogarcas.mt.leg.br ou na sala de Licitação na sede da Câmara Municipal de Alto Garças, situada à Av. Sete de Setembro nº. 380, Centro, das 12:00h às 17:00h.

Alto Garças – MT, 24 de setembro de 2024.

Clara Regina Schirmer

Chefe de Departamento de Administração, Orçamento e Finanças

De acordo:

Moisés Barbosa de Queiroz Gustavo F. N. Baldo

Assessor Jurídico Agente de Contratação

OAB-MT 11759

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 179/2024**

“Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.”

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 057/2024, de 12 de setembro de 2024, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14.133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM		
SUPLENTE:	DANILO ANTONIASSI DE FIGUEIREDO		
CONTRATO	CONTRATADA/ CNPJ	OBJETO	TÉRMINO
NE Nº 745/2024	VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001-52.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 05 (CINCO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.	25/10/2024

§ 1º Os servidores acima designados deverão zelar pelo cumprimento das cláusulas do contrato supracitado, bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do objeto contratado e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 24 de setembro de 2024.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM*Presidente da Câmara Municipal de Cáceres***CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO - 2024****CONTRATO Nº NE 745/2024****CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT**CONTRATADA:** VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 43.734.527/0001-52 .**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OFERTA DE 05 (CINCO) VAGAS DE CAPACITAÇÃO EXTERNA, VISANDO À INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES MOBILIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, NO CURSO PRESENCIAL: ENCERRAMENTO DE MANDATO E TRANSIÇÃO DE GOVERNO, DIRETRIZES E BOAS PRÁTICAS, COM CARGA HORÁRIA DE 16H.**VALOR CONTRATADO:** R\$ 8.750,00 (OITO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)**INÍCIO:** 23/09/2024 **TÉRMINO:** 25/10/2024**LOCAL E DATA DE ASSINATURA:** CÁCERES-MT, 24 DE SETEMBRO DE 2024.

De: Claudia D. - SCONF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2024 às 11:26:38

Prezados,

Devido a não participação de 1 servidor no curso de capacitação, segue a anulação parcial do empenho.

At.te

—

Claudia de Moraes Yoshida Dalbem

Contadora

Anexos:

EMPENHO_745_ANULACAO_PARCIAL_VANESSA_CARLI_TREINAMENTOS_LTDA.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Claudia de Moraes Yoshida ...	30/10/2024 11:26:52	1Doc	CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM CPF 289.XXX...
Luiz Laudo Paz Landim	30/10/2024 11:45:04	1Doc	LUIZ LAUDO PAZ LANDIM CPF 486.XXX.XXX-87

Para verificar as assinaturas, acesse <https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **A475-D8D9-4BC0-BC1F**



CAMARA MUNICIPAL DE CACERES

CAMARA MUNICIPAL DE CACERES
03.960.333/0001-50

NOTA DE EMPENHO

745

NOTA DE EMPENHO Nº 745	FICHA: 8	DATA: 30/10/2024	PEDIDO Nº: 00230/24
-------------------------------	----------	------------------	---------------------

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE	0023/24	DOCUMENTO:	VENCIMENTO:
----------------------------	---------	------------	-------------

NOME: VANESSA CARLI TREINAMENTOS LTDA	43.734.527/0001-52	CÓDIGO: 3012
ENDEREÇO: R BARAO DE MELGACO	CUIABA	

Fonte de Recurso	DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	VALOR TOTAL
1 Recursos Livres (Não Vinculados)	Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000053/24 - Ano Mod.: 2024 - Modalidade: INEXIGIBILIDADE - Nº Mod.: 23 - Mod. Formatada: 23 - CURSO DE CAPACITAÇÃO - Encerramento de mandato e transição de governo ***ANULAÇÃO PARCIAL DEVIDO A NÃO PARTICIPAÇÃO DE 1 SERVIDOR NO CURSO DE CAPACITAÇÃO	Liquido -1.750,00 Desconto 0,00
1 Recursos do Exercício Corrente		
500 Recursos não Vinculados de Imposto		
110 Geral		
000 Geral		

AN - Anulação: Emp 745	SOMA	-1.750,00
------------------------	-------------	------------------

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA
01	PODER LEGISLATIVO
01 01 01	CÂMARA MUNICIPAL
3.3.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
01.031.1001.2002.0000	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL

DOTAÇÃO	EMPENHADO ATÉ A DATA	VALOR DESTA EMPENHO	SALDO ATUAL
95.000,00	76.397,00	-1.750,00	20.353,00

VALOR A SER PAGO R\$

-1.750,00

um mil, setecentos e cinquenta reais *****

DESCONTOS

TOTAL DE DESCONTOS

0,00

A DESPESA REFERENTE A ESTE EMPENHO, FOI DEVIDAMENTE PROCESSADA, ENCONTRANDO-SE EM ORDEM PARA PAGAMENTO.

EMPENHO AUTORIZADO EM 30/10/2024

ORDEM DE PAGAMENTO. PAGUE-SE:

CONTABILIZADO

CLAUDIA M. YOSHIDA DALBEM
CONTADORA

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM
PRESIDENTE